

ASSIGNATURAS

Por um anno	105000
Por seis mezes	55000
Por tres mezes	35000
Avulso por folha	5040
Anuncios, por linha	5060

A correspondencia official da capital de-
ve ser dirigida ao escriptorio do Diario de
Lisboa, na imprensa nacional, aonde igu-
almente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o Diario
de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações li-
terarias, de que se receberem dois exem-
plares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	125000
Por seis mezes	65000
Por tres mezes	35000

Communicados e correspondencias,
por linha 5060 |

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realisar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dará destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do Diario de Lisboa, rua
Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—3.ª Secção

Sendo-me presente o requerimento de Maria da
Soledade Rodrigues, viuva de Joaquim Lopes Ro-
drigues, regedor substituto, que foi da freguezia de
S. Vicente e annexa d'esta capital, pedindo que se
lhe conceda uma pensão das autorisadas pela lei
de 4 de junho de 1859 pelos serviços prestados por
seu marido durante a calamitosa epidemia da febre
amarella em 1857, da qual falleceu; considerando
que o marido da supplicante, antepondo o serviço
publico ao exercicio da sua profissão, se desempe-
nou com dedicação e zelo das funções de regedor,
e de thesoureiro da commissão de soccorros da sua
freguezia, acudindo com louvavel caridade aos docen-
tes da febre amarella; considerando que em resul-
tado do seu fallecimento ficou a supplicante sem
meios de subsistencia que elle lhe ministrava; vis-
tas as informações das autoridades administrativas,
e documentos juntos ao processo, que provam a ver-
dade dos factos allegados: hei por bem, conforman-
do-me com a consulta da secção administrativa do
conselho d'estado, e ouvido o parecer do conselho
de ministros, conceder á sobredita Maria da Soleda-
de Rodrigues a pensão annual e vitalicia de 120\$000
réis, na conformidade da authorisação dada ao go-
verno pela lei citada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do
reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço
das Necessidades, em 6 de fevereiro de 1860.—
REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA
3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no mi-
nisterio do reino se não de prover, precedendo con-
curso de 60 dias, que principiará em 25 do cor-
rente mez, perante os commissarios dos estudos res-
pectivos, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau)
de S. Gens, logar do Pico, e S. Miguel das Caldas,
no districto de Braga; Guaiões e Oliveira, no de
Coimbra; Budens, no de Faro; Castello Mendo e Ra-
nhados, no de Guarda; Coimbra, no de Leiria; Chel-
leiros e Alcaer do Sal, no de Lisboa; Monforte, no
de Portalegre; Bomfim, Manhumelllos em Penha
Longa, e freguezia de Campelo, no do Porto; Fati-
ma e Sardoal, no de Santarem; S. Mamede de Riba
Tua, Villar de Maçada, e Santa Valha, no de Villa
Real; Senhorim e Lumiares, no de Vizeu: cada uma
d'ellas com o ordenado annual de 90\$000 réis, pa-
gos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas ca-
maras municipaes respectivas.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadei-
ras se habilitarão com certidão de idade de vinte e
um annos completos, attestados de bom comporta-
mento moral, civil e religioso, passados pelo parochio,
pela camara municipal e pelo administrador do con-
celho ou concelhos onde tiverem residido os ultimos
tres annos; certidão de folha corrida e de isenção do
serviço militar, na conformidade da lei de 27 de ju-
lho de 1855; e documento por onde provem que não
padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sel-
lado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes
será assignado dia e hora para os exames, na forma
do regulamento respectivo, e do programma já pu-
blicado.

Direcção geral de instrução publica, 20 de feve-
reiro de 1860.—O conselheiro director geral, José
Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
E DE JUSTIÇADIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS
1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da
informação do reverendo bispo de Vizeu, resolver
que se abra concurso para o provimento da igreja
parochial de Sant'Iago de Besteiros, no concelho de
Tondella; observando-se quanto aos actos do con-
curso o que se acha determinado na portaria circular
de 30 de Agosto de 1847 (*Diario* n.º 205); e
pelo que respeita ao prazo d'elle o que se dispoz na
portaria de 5 de fevereiro de 1849 (*Diario* n.º 34).
O que o mesmo augusto senhor manda assim par-
ticipar ao reverendo bispo de Vizeu para sua intel-
ligencia e mais effeitos.

Paço das Necessidades, em 17 de fevereiro de
1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho
Márques.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do encarregado de negocios, e consul
geral de Portugal, nas republicas do Rio da Prata,
datado de 29 de dezembro do anno findo, consta
terem fallecido os seguintes subditos portuguezes:
José Pacheco, idade 40 annos, casado, trabalha-
dor, filho de Antonio Pacheco, natural da fre-
guezia de Cotoiaes, concelho de Bonas.

Manuel José da Costa, natural da ilha do Pico,
marítimo.

Francisco Reis, natural da ilha do Fayal, solteiro,
idade 45 annos, marítimo, filho de Francisco José,
e de Maria Francisca.

José Gomes, solteiro, idade 49 annos, capataez,
natural do Porto, filho de Rita Joaquina.

Em officio datado de 18 de janeiro ultimo par-
ticipou o consul geral de Portugal em Genova ter-
rem fallecido os subditos portuguezes:

Pedro Dias, idade 18 annos, natural de Vianna, fi-
lho de Francisco Borda Dias; e Miguel de Oli-
veira Innocencio, idade 20 annos, solteiro, natu-
ral de Ovar, filho de José de Oliveira Innocencio;
ambos moços do patacho nacional *Iberia*,
procedente de Lisboa, e entrado no dito porto
de Genova em 1.º daquelle mez.

O que se faz publico para conhecimento dos in-
teressados, os quaes, para mais amplas informa-
ções, poderão dirigir-se a esta secretaria d'estado.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em
5 de fevereiro de 1860.—Emilio Achilles Monte-
verde.

Dom Pedro, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa,
senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.
Fago saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem que, aos 21 dias do mez de
fevereiro de 1857, se concluiu e assignou na cidade de Lisboa, entre mim e Sua Santidade o Summo
Pontifice Pio Nono, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, um tra-
tado sobre a continuação do exercicio do real padroado da coroa portugueza no Oriente, cujo teor é o
seguinte:

Em nome della Santissima e Individua Trindade.
Sua Santidade o Summo Pontifice Pio Nono, e Sua
Magestade Fidelissima El-Rei Dom Pedro Quinto, aven-
do resolvido fazer um tratado, no qual se esta-
belecem os artigos de concordia para a continua-
ção do exercicio dos direitos do padroado da coroa
portugueza na India e China, nos termos constan-
tes dos mesmos artigos: nomearam para este fim
dois plenipotenciarios, a saber: por parte de Sua
Santidade o eminensissimo e reverendissimo senhor
cardal Camillo di Pietro, pro-nuncio apostolico em Portugal;
e por parte de Sua Magestade Fidelissima
o excellensissimo senhor Rodrigo da Fonseca
Magalhães, par do reino, conselheiro d'estado effec-
tivo, ministro e secretario d'estado honorario, e
gran-cruz da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo:
os quaes, trocados os seus respectivos plenos po-
deres, e achando-os em boa e devida forma, conve-
niam nos artigos seguintes.

Articulo 1.º

In virtude delle rispettive bolle apostoliche, e in
conformità de' sagri canoni continuerà l'esercizio del
diritto di patronato della corona portoghese quanto
all' India e Cina, nelle cattedrali appresso dichia-
rate.

Articulo 2.º

Quanto all' India:
Nella chiesa metropolitana e primaziale di Goa;
nella chiesa arcivescovile ad honorem di Cranganor;
nella chiesa vescovile di Cochim; nella chiesa ves-
covile di S. Thomé di Meliapor; e nella chiesa
vescovile di Malacca.

Articulo 3.º

Quanto alla Cina:
Nella chiesa vescovile di Macau.

Articulo 4.º

Si concorda, che la provincia di Quam-Si non ri-
manrà inclusa nel futuro nella giurisdizione epis-
copale di Macau, e per conseguenza nel patronato,
riservandosi Sua Santità prendere liberamente in
questa provincia in utilità dei fedeli, le determina-
zioni che giudicherà convenienti e necessarie.

Articulo 5.º

Il Santo Padre si riserva fare il medesimo quanto
all'isola di Hong-Kong, la quale, sebbene inclusa
nella provincia di Kuang-tong (Cantão), rimarrà se-
parata dalla giurisdizione vescovile di Macau, e fuori
del Patronato.

Articulo 6.º

La giurisdizione del vescovo di Macau, e il pa-
tronato nella Cina, comprenderà così d'ora innanzi
il territorio, che gli appartiene, secondo le rispettive
bolle, cioè, Macau, provincia di Kuang-tong (Can-
tão) e le isole adiacenti; eccettuate soltanto la detta
provincia di Quam-Si, e la isola di Hong-Kong.

Articulo 7.º

In vista delle considerazioni di convenienza reli-
giosa presentate per parte della santa sede, quanto
alla erezione di un nuovo vescovato in alcuna parte
del territorio attuale dell'arcivescovato di Goa, il go-
verno portoghese, come patrono, contribuirà, quanto
da esso dipenda, perchè questa erezione si realizzi
opportunitamente nei termini e nelle località, che di
accordo con la santa sede si reputeranno piu con-
venienti alla buona amministrazione di quella chiesa,
e alla comodità dei fedeli.

Articulo 8.º

Rimarrà separata dalla giurisdizione del vescovo di
Malacca, e dal patronato la isola di Pulo-Penang,
a riguardo della quale prenda Sua Santità le dispo-
sizioni che gli sembreranno opportune.

Articulo 9.º

Ma la isola di Singapura continuerà ad apparte-
nere al medesimo vescovato di Malacca, e potrà nella
medesima isola stabilirsi la residenza vescovile, con-
servando il prelato il titolo di vescovo di Malacca.

Articulo 10.º

Dovendo il territorio di ciascuno dei vescovati
suffraganei dell'India sopra menzionati, avere tale
estensione che in esso non sia difficile il pronto, e
profico esercizio della giurisdizione vescovile: le
alte parti contraenti convengono che, di accordo,
si proceda alla circoscrizione dei medesimi vescova-
ti, che sembrerà piu adeguata per quel fine.

Articulo 11.º

Il Santo Padre, avendo in vista i doveri dettati
dal suo apostolico ministero, desiderando che si ponga
quanto prima termine alle disintelligenze e per-
turbazioni che hanno afflitto, e ancora affliggono
le chiese dell'Indie orientali, con grave pregiudizio
degli interessi della religione e della pace publica
dei fedeli delle medesime chiese, situazione questa
che Sua Santità non potrebbe veder continuare senza
accorrervi con un competente rimedio: e Sua Magestà
Fidelissima il Signor Don Pietro Quinto, animato
dal medesimo desiderio di vedere prosperare quelle
chiese, e ristabilire la tranquillità nelle sue chris-
tianità rispettive: concordarono in che si proceda,
senza ritardo, alla confezione di un'atto addiziona-
le, o regolamento, nel quale si fissino i limiti dei
detti vescovati del patronato, nei termini dell'arti-
colo antecedente.

Articulo 12.º

Nelle bolle dei vescovi che saranno presentati, do-
verà farsi menzione dei limiti, che, di comune ac-
cordo, si fissarono.

Articulo 13.º

A questo fine saranno nominati due commissarii,
uno per ciascuna delle alte parti contraenti, i quali
animati di spirito di conciliazione, e conoscitori delle
località, proporranno le rispettive circoscrizioni di
ciascuna diocesi.

A questi commissarii saranno dichiarati i terri-
torii, nei quali le alte parti contraenti hanno conve-
nuto che continui l'esercizio del patronato della co-
rona di Portogallo.

Articulo 14.º

Nelle parti di territorio che rimarranno fuori dei
limiti assegnati alle sopramenzionate diocesi nel-
l'India, potranno erigersi, colle competenti formali-
tà, nuovi vescovati, l'esercizio del cui patronato
per la corona portoghese comincerà allora.

Em nome della Santissima e Individua Trindade.
Sua Santidade o Summo Pontifice Pio Nono, e Sua
Magestade Fidelissima El-Rei Dom Pedro Quinto,
tendo resolvido fazer um tratado, no qual se esta-
belecem os artigos de concordia para a continua-
ção do exercicio dos direitos do padroado da coroa
portugueza na India e China, nos termos constan-
tes dos mesmos artigos: nomearam para este fim
dois plenipotenciarios, a saber: por parte de Sua
Santidade o eminensissimo e reverendissimo senhor
cardal Camillo di Pietro, pro-nuncio apostolico em Portugal;
e por parte de Sua Magestade Fidelissima
o excellensissimo senhor Rodrigo da Fonseca
Magalhães, par do reino, conselheiro d'estado effec-
tivo, ministro e secretario d'estado honorario, e
gran-cruz da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo:
os quaes, trocados os seus respectivos plenos po-
deres, e achando-os em boa e devida forma, conve-
niam nos artigos seguintes.

Articulo 1.º

In virtude delle rispettive bullas apostolicas, e
na conformidade dos sagrados canones, continuará
o exercicio do direito do padroado da coroa portu-
gueza quanto á India e China, nas cathedraes abaixo
declaradas.

Articulo 2.º

Quanto á India:
Na igreja metropolitana e primacial de Goa; na
igreja archiepiscopal ad honorem de Cranganor; na
igreja episcopal de Cochim; na igreja episcopal de
S. Thomé de Meliapor; e na igreja episcopal de
Malacca.

Articulo 3.º

Quanto á China:
Na igreja episcopal de Macau.

Articulo 4.º

Concorda-se em que a provincia de Quam-Si não
ficará incluída de futuro na jurisdicção episcopal de
Macau, e por consequencia no padroado; reservan-
do-se Sua Santidade tomar livremente n'esta provin-
cia, em utilidade dos fieis, as determinações que jul-
gar convenientes e necessarias.

Articulo 5.º

O Santo Padre reserva-se fazer o mesmo, quanto
á ilha de Hong-Kong, a qual, posto que incluída na
provincia de Kuang-tong (Cantão), ficará separada
da jurisdicção episcopal de Macau, e fóra do Pa-
droado.

Articulo 6.º

A jurisdicção do bispado de Macau, e o padroa-
do na China, comprehenderá assim d'ora em diante
o territorio, que lhe pertence, segundo as respecti-
vas bullas, a saber: Macau, provincia de Kuang-
tong (Cantão) e as ilhas adiacentes; exceptuadas só-
mente a dita provincia de Quam-Si, e a ilha de
Hong-Kong.

Articulo 7.º

Em vista das considerações de conveniencia reli-
giosa, offerecidas por parte da santa sé, quanto á
ereção de um novo bispado em alguma parte do
territorio actual do archiepiscopado de Goa, o governo
portuguez, como padroeiro, contribuirá, quanto d'elle
dependa, para que esta ereção se realice oportuna-
mente nos termos e nas localidades, que de acor-
do com a santa sé se reputarem mais convenientes
á boa administração d'aquella igreja, e á com-
modidade dos fieis.

Articulo 8.º

Ficará separada da jurisdicção do bispado de Ma-
laca e do padroado a ilha de Pulo-Penang, a res-
peito da qual tomará Sua Santidade as disposições
que lhe parecerem opportunas.

Articulo 9.º

Mas a ilha de Singapura continuará a pertencer
ao mesmo bispado de Malacca, e poderá na mesma
ilha estabelecer-se a residencia episcopal, conser-
vando o prelado o titulo de bispo de Malacca.

Articulo 10.º

Dovendo o territorio de cada um dos bispados
suffraganeos da India acima mencionados, ter tal
extensão, que nelle se não difficulite o prompto e
profico exercicio da jurisdicção episcopal: as altas
partes contraentes convem em que, de accordo, se
proceda á circumscripção dos mesmos bispados, que
parecer mais adequada áquelle fim.

Articulo 11.º

O Santo Padre, tendo em vista os deveres dicta-
dos pelo seu apostolico ministerio, e desejando que se
ponha, quanto antes, termo ás desintelligencias e
perturbações, que tem affligido e ainda affligem
as igrejas das Indias orientaes, com grave prejuizo
dos interesses da religião e da paz publica dos fieis
das mesmas igrejas, situação esta que Sua Santidade
não poderia ver continuar sem acudir-lhe com o re-
medio competente: e Sua Magestade Fidelissima o
Senhor Dom Pedro Quinto, animado do mesmo de-
sejo de ver prosperar aquellas igrejas, e restabeleci-
do o socego nas suas respectivas christandades: con-
cordaram em que se proceda, sem demora, á feitura
de um acto addicional, ou regulamento, no qual se
fixem os limites dos ditos bispados do padroado,
nos termos do artigo antecedente.

Articulo 12.º

Nas bullas dos bispas, que forem apresentados,
deverá fazer-se menção dos limites, que, de comu-
nem accordo, se fixarem.

Articulo 13.º

Para este fim serão nomeados dois commissarios,
um por cada uma das altas partes contraentes, os
quaes, animados de espirito de conciliação, e conhe-
dores das localidades, propoñham as respectivas
circumscripções de cada diocese.

A estes commissarios serão declarados os terri-
torios, em que as altas partes contraentes se têm
acordado, que continue o exercicio do padroado
da coroa de Portugal.

Articulo 14.º

Nas partes do territorio, que ficarem fóra dos li-
mites assignados ás supramencionadas dioceses na
India, poderão erigir-se, com as competentes for-
malidades, novos bispados, o exercicio de cujo pa-
droado pela coroa portugueza começará desde então.

Articulo 15.º

In vista di ciò che se trova convenuto sopra la
materia dell' articolo settimo del presente trattato,
Sua Santità consente ad accordare la istituzione ca-
nonica alla persona che da Sua Maestà Fedelissi-
ma sarà nominata e presentata per la chiesa me-
tropolitana di Goa.

E le alte parti contraenti concordano in questo,
che subito che si effettui il possesso del nuovo ar-
civescovo, passino i commissarii nominati ad occu-
parsi della definitiva circoscrizione della diocesi,
che deve erigersi nel territorio del medesimo arci-
vescovato, in conformità, e per i fini del citato ar-
ticolo settimo.

In oltre concordano le medesime alte parti con-
traenti, che per l'esercizio della giurisdizione ordi-
naria del nuovo arcivescovo si dichiarino come li-
miti provvisori del suo territorio, le chiese e missio-
ni, che al tempo della sottoscrizione del presente
trattato staranno di fatto nell'obbedienza della sede
arcivescovile; dovendo rimanere nella pacifica obe-
dienza dei vicarii apostolici tutte le altre, che nella
medesima data si troveranno anche di fatto sug-
gette alla loro autorità. Questo stato rimarrà fino
alla definitiva costituzione canonica del vescovato
che ha da erigersi.

E di mano in mano che si andrà concludendo e
approvando la circoscrizione delle diocesi suffragane-
e dell'India, e effettuando il provvedimento ca-
nonico dei rispettivi vescovi sarà successivamente
riconosciuto dalla santa sede in queste diocesi l'es-
ercizio della giurisdizione metropolitana del me-
desimo arcivescovo.

Articulo 16.º

A misura che si andrà stabilendo la circoscri-
zione di alcuno dei vescovati suffraganei dell'In-
dia, e trovandosi provvista di mezzi convenienti la
sede vescovile, sarà ammessa dal Summo Pontifice
la presentazione del vescovo fatta dal reale patrono
portoghese: e spedite ch'ieno le rispettive bolle
confermatorie, si dovranno rimuovere successiva-
mente dal territorio del vescovato il vicario o vi-
carii apostolici che in esso esistevano; affinché il pre-
lato nominato possa entrare nel governo della dio-
cesi.

Articulo 17.º

Il presente trattato, con i suoi due annessi A e
B, che formano parte integrante di esso, sarà rati-
ficato dalle alte parti contraenti, e le ratifiche
scambiate in Lisbona dentro quattro mesi dalla
data della sottoscrizione, o prima se sarà possibile.

Id fede di che i plenipotenzarii sopra nominati
sottoscrissero in originali duplicati, portoghese e
italiano, il medesimo trattato, e gli apposero il si-
gillo delle loro armi.

Fatto in Lisbona al 21 giorno de mese di fe-
braro dell' anno 1857.—Camillo Card. di Pietro
P. N. A.

(L. S.)

Annesso A.

All'articolo 6.º del trattato, firmato in data di
oggi dai sottoscritti, si dichiarò, che la giurisdizione
del vescovo di Macau deve comprendere la provin-
cia di Cantão (Kuang-Tong) e le isole adiacenti, fra
le quali la principale, quanto alle Christianità, è
l'isola di Hainan; in vista però di ciò che si con-
cordò nelle conferenze e nei motivi considerati in
quella da ambedue i negozianti, si giudicò oppor-
tuno ritardare per uno spazio di tempo determinato
l'esercizio esclusivo della giurisdizione ordinaria del
vescovo di Macau nei territori delle dette provin-
cia e isola. Questo spazio fu limitato a un anno in-
prorogabile, che dovrà aver principio dal giorno in
che il trattato otterrà la ratifica delle due alte parti
contraenti; e finito che sia l'anno, avrà intera esec-
uzione il riferito articolo 6.º: promettendosi per
parte del sottoscritto negoziatore portoghese, che si
procurerà dal Reale Patrono aumentare il numero
di abili e idonei missionarii che, oltre degli esisten-
ti, si impieghino nella conservazione, e propagazio-
ne della fede cattolica in quelle regioni.

E perchè questo speciale accordo abbia la forza
del trattato, e sia considerato come parte integrante
di quello, non solamente va sottoscritto dai due ne-
goziatori, ma ancora sarà ratificata unitamente col
medesimo trattato da ambedue le alte parti con-
traenti.

Lisbona, 21 di febraro del 1857.—Camillo Card.
di Pietro P. N. A.

Annesso B.

Essendosi detto all'articolo 13.º del trattato fir-
mato nel giorno di oggi, sopra il patronato della co-
rona portoghese nell'Oriente, che ai commissarii in-
caricati di proporre le rispettive circoscrizioni delle
diocesi dell'India, menzionate nel medesimo tratta-
to, si darà conoscenza dei territorii in che le alte
parti contraenti convengono che continui l'esercizio
del riferito patronato reale portoghese: i sottoscritti
plenipotenzarii pontificio e portoghese, dichiarano
per completa intelligenza del medesimo articolo, che
le dette alte parti contraenti hanno convenuto, che il
territorio del patronato della corona di Portogallo
nell'India sia il territorio dell'India Inglese; inten-
dendosi per queste parole le terre soggette immediat-
mente o mediamente al governo britannico: e che per-
tanto devono i commissarii nominati per la circos-
crizione delle diocesi avere in vista per una parte,
che le località appartengono all'India inglese nel
senso riferito; e come ancora lo stabilimento di mi-
sionarii portoghesi, e le fondazioni di religione e di
pietà per sforzi e generosità del governo di Portog-
allo, e de' suoi sudditi ecclesiastici o secolari, seb-
bene alcune di esse fondazioni non stiano attual-
mente nella amministrazione di sacerdoti portoghesi:
per altra parte la più comoda e pronta assistenza
spirituale del pastor al suo gregge, secondo la es-
tensione e distanza delle missioni, il numero delle
christianità, e altre circostanze, che debbano atten-
dersi per meglio conseguire il medesimo fine.

Dichiarano inoltre i sottoscritti, che le alte parti
contraenti convengono che questo atto abbia la me-
desima forza del trattato, e come tale obblighi am-
bedue le dette alte parti contraenti, che i sottos-
critti hanno l'onore di rappresentare.

Le medesime alte parti contraenti lo ratificheran-
no unitamente al trattato.

Lisbona, 21 di febraro del 1857.—Camillo Card.
di Pietro P. N. A.

Artigo 15.º

Em vista do que se acha convindo sobre a ma-
teria do artigo sétimo do presente tratado, Sua San-
tidade amue a accordar a instituição canonica á pes-
soa que, por Sua Magestade Fidelissima, for no-
meada e apresentada para a igreja metropolitana de
Goa.

E as altas partes contratantes concordam em que,
logo que se effeítue a posse do novo arcebispo, pas-
sem os commissarios nomeados a occupar-se da de-
finitiva circumscripção da diocese, que deve erigir-
se no territorio do mesmo arcebispo, na conformi-
dade e para os fins do citado artigo sétimo.

Outrosim concordam as mesmas altas partes con-
tratantes em que para o exercicio da jurisdicção
ordinaria do novo arcebispo se declarem como li-
mites provisórios do seu territorio as igrejas e mis-
sões que, ao tempo da assignatura do presente tra-
tado, estiverem de facto na obediencia da sé ar-
chiepiscopal; devendo ficar na pacifica obediencia
dos vigarios apostolicos todas as outras que na mes-
ma data se acharem tambem de facto sujeitas á sua
autoridade. Este estado permanecerá até á definiti-
va constituição canonica do bispado que ha de
erigir-se.

E ao passo que se for concludindo e approvando
a circumscripção das dioceses suffraganeas da In-
dia, e effectuando o provimento canonico dos res-
pectivos bispas, será successivamente reconhecido
pela santa sé n'essas dioceses o exercicio da juris-
dicção metropolitana do mesmo arcebispo.

Artigo 16.º

Á medida que se for estabelecendo a circumscrip-

E sendo-me presente o mesmo tratado, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contém, e tendo sido approvado pelas cortes geraes, com os seus dois annexos A e B, obtidas que fossem as explicações de que tratam as cartas de lei de 21 de julho de 1857 e de 9 de abril do anno proximo findo, as quaes explicações foram effectivamente dadas pela santa sé, e aceites pelo meu governo, por meio das notas reversas, datadas de 10 de setembro ultimo, as quaes ficam constituindo parte integrante do mesmo tratado, e ouvido o conselho d'estado, o ratifico e confirmo com os referidos annexos, assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pela presente o dou por firme e valioso, para haver de produzir o seu devido effecto; e tendo sido prorogado, por mutuo consenso, o prazo da troca das respectivas ratificações, fixado no artigo 17.º do citado tratado, prometto observá-lo e cumpri-lo inviolavelmente, e faze-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sello grande das minhas armas, e referendada pelo meu conselheiro, ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no palacio das Necessidades, aos 6 dias do mez de fevereiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1860.—REI (com guarda).—Duque da Terceira.

(L. S.)

Notas reversas de 40 de setembro de 1859, a que se refere a ratificação, por parte de Sua Magestade Fidelissima, do tratado sobre a continuação do exercicio do real padroado da coroa portugueza no Oriente

NUNZIATURA APOSTOLICA
Lisboa 10 setembro 1859.

Ad evitare ogni dubbio, che potessero ingerire alcune espressioni contenute nel concordato firmato dai rispettivi plenipotenziari pontificio e regio il 21 febbraio 1857 relativo alla continuazione dell'esercizio del diritto di patronato nell'India e Cina, il sottoscritto arcivescovo di Sida nunzio apostolico è autorizzato a dare le spiegazioni seguenti, le quali saranno considerate come parte integrante del concordato medesimo.

O abaixo assignado, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios estrangeiros, e internamente dos da guerra, recebeu a nota reversal em data de hoje de s. ex.ª o sr. Arcebispo de Sida, nunzio apostolico, com a qual, em consequencia de especial autorisação por parte da santa sé, offerece as desejadas explicações a fim de evitar toda a duvida que podesse causar qualquer expressão na concordata assignada pelos respectivos plenipotenziarios pontificio e regio em 21 de fevereiro de 1857, relativa á continuacão do exercicio do direito de padroado da coroa de Portugal na India e China.

O abaixo assignado reconhece que, com as respostas dadas por s. ex.ª o sr. Arcebispo de Sida sobre os pontos do tratado que foram declarados duvidosos pela lei de 21 de julho de 1857, se satisfaz convenientemente ás explicações pedidas pelo governo de Sua Magestade, podendo este, em conformidade da autorisação que lhe é conferida pelas leis de 21 de julho de 1857 e de 9 de abril do presente anno, ratificar o tratado, devendo constituir parte integrante do mesmo as explicações dadas por s. ex.ª na sua nota acima referida.

Lisongea-se pois o abaixo assignado do assegurar a s. ex.ª que o governo de Sua Magestade aceita sem reserva alguma as explicações dadas por s. ex.ª na forma que se segue, e em que as duas altas partes contratantes accordaram e consentiram reciprocamente.

In quanto alla vera intelligenza da darsi alle parole India inglese mediatamente, o immediatamente soggetta all'impero britannico, resta inteso, che la santa sede riconosce il diritto di patronato nella corona di Portogallo nell'India in quella stessa estensione, in cui lo esercitava per lo innanzi, e nei modi prescritti nel trattato, e con quelle sole limitazioni convenute nel trattato stesso rispetto alla Cina.

Per ciò che riguarda il provvedimento apostolico pel governo delle diocesi suffraganee nell'India (quanto alle Chiese, e missioni nella obediencia del patronato) fino alla definitiva circoscrizione delle diocesi medesime, e conferma dei rispettivi vescovi, sarà concessa una giurisdizione straordinaria per delegazione pontificia da esercitarsi nei luoghi compresi nel denominato *statu quo*.

Questa giurisdizione straordinaria delegata, che fu accordata dalla santa sede per tre anni, (tempo che si giudicò necessario per effettuarsi la circoscrizione delle diocesi nell'India, ma che in seguito fu riconosciuto come troppo breve per potersi condurre a termine la circoscrizione di tutte le diocesi suffraganee) il Santo Padre di segna prorogarla per altri tre anni. Sua Santità promette anche di delegare l'esercizio di questa straordinaria giurisdizione al prelado arcivescovo di Goa, ed in caso di sua morte ad un'eclesiastico, che deve essere scelto in una lista di sacerdoti, che Sua Maestà il Ré di Portogallo gli farà presentare.

In questo modo mgr. arcivescovo di Goa potrà esercitare la giurisdizione delegatagli per gli sei anni, e nel caso di suo impedimento assoluto lo sostituirà nell'esercizio della detta giurisdizione l'eclesiastico scelto dal Santo Padre nel modo di sopra indicato.

E quando si verifici tale circostanza, la santa sede perché non caduca la detta delegazione, consente che Sua Maestà Fidelissima presenti altra lista di ecclesiastici, nella quale il Sommo Pontefice possa scegliere un altro, che mancando il primo scelto lo sostituisca nella continuazione dell'esercizio di quella delegazione durante i sei anni.

Che se terminati i sei anni, per qualche circostanza attualmente impreveduta non fosse ancora terminata la circoscrizione di tutte le diocesi, continuerà la delegazione, la quale pel tempo, che di comune accordo si giudicherà necessario fino alla ultimazione totale della circoscrizione, rivestirà un carattere di specialità relativamente ai luoghi residui dello *statu quo* delle diocesi non ancora circoscritte.

Con le parole adoperate nell'articolo 16.º del presente concordato—mezzi convenienti—de quali debbono essere provviste le diocesi suffraganee nelle Indie, oltre ad un conveniente aumento di assegno ai vescovi, parroci e missionari, alle abitazioni decenti per i preti, ed al provvedere le chiese di oggetti necessari all'esercizio del culto divino, si ebbe principalmente in vista l'erazione de capitoli cattedrali, e de seminari.

Rimanendo fermo il principio della erezione de capitoli nelle diocesi suffraganee, il Santo Padre nella sua benignità consente di averli a calcolo le circostanze de luoghi, in specie in quanto al numero de capitoli da determinarsi dai vescovi rispettivi, il quale però in ogni caso non potrà essere inferiore al numero di quattro canonici, oltre una dignità, che vi primeggi; dovendo il primo vescovo proceder subito alla erezione del capitolo della sua diocesi. Affine poi di mettere in grado i preti diocesani di dar sollecita esecuzione a questo incarico, del quale si farà menzione nelle rispettive bolle apostoliche, il reale governo non esita di dichiarare, che farà precedere della prima istituzione dei vescovi delle diocesi suffraganee la congrua dotazione dei ridetti capitoli.

In quanto poi ai seminari si riconosce come condizione imprevedibile la loro erezione in quelle diocesi, che per ragione della distanza da qualche seminario esistente in altra parte siano privi del vantaggio di poter mandare ad educare colà i giovani chierici, e ricevervi la conveniente istruzione.

In ultimo per ciò, che riguarda i beni delle già diocesi di Pekino e Nankin, la santa sede, per togliar ogni motivo di ulteriore questione, consente che fino a tanto che il reale governo non sarà in grado di dimostrare essere i detti beni di provenienza portoghese, possa il real patrono proseguire a farne quella medesima erogazione, che presentemente se ne va facendo, salvi sempre i diritti dei terzi, cui si provasse appartenere in tutto, o in parte la proprietà su tali beni. Rimane fermo, che quando anche si verificasse provenire dal Portogallo i beni, di cui si tratta, debbano essi in futuro sempre impiegarsi per usi relativi al patronato. Del pari la santa sede consente, che si proceda alla formazione

1.º Quanto á verdadeira intelligencia que deve dar-se ás palavras India Inglesa mediata ou immediatamente sujeita ao imperio britannico, fica entendido que a santa sé reconhece o direito de padroado da coroa portugueza na India, em toda aquella extensão aonde d'antes era exercido, e pelo modo prescripto no tratado, com aquellas limitações somente que se acham estipuladas no mesmo tratado a respeito da China.

2.º Pelo que respeita ao provimento apostolico do governo das dioceses suffraganeas na India (quanto ás igrejas e missões na obediencia do padroado) até á definitiva circumscripção das mesmas dioceses, e confirmação dos respectivos bispos, fica entendido que se concederá por delegação apostolica uma jurisdicção extraordinaria que será exercida nos lugares comprehendidos no denominado *statu quo*.

Esta delegada jurisdicção extraordinaria que foi concedida pela santa sé por tres annos (prazo que se julgou necessario para se levar a effecto a circumscripção das dioceses na India, mas que depois se reconheceu insufficiente para se poder verificar a circumscripção de todas as dioceses suffraganeas) dignou-se o Santo Padre prorogá-la por mais tres annos. Sua Santidade promette tambem delegar o exercicio d'esta jurisdicção extraordinaria ao prelado archiepo de Goa, e, por sua morte, a um ecclesiastico que deve ser escolhido em uma lista de sacerdotes que Sua Magestade El-Rei de Portugal lhe fará apresentar.

D'este modo o reverendo archiepo de Goa poderá exercer a jurisdicção que lhe é delegada pelos seis annos, e no caso do seu impedimento absoluto ficará substituindo-o no exercicio da dita jurisdicção o ecclesiastico escolhido pelo Santo Padre pelo modo acima indicado.

E quando se verifiche similhante circumstancia, a santa sé, para que não caduque a dita delegação, consente em que Sua Magestade Fidelissima apresente outra lista de ecclesiasticos, da qual o Summo Pontífice possa escolher um outro, para que, faltando o primeiro escolhido, haja de o substituir na continuação do exercicio d'aquella delegação durante os seis annos.

Se acontecer, findos os seis annos, por qual quer circumstancia actualmente imprevedita, não esteja ainda terminada a circumscripção de todas as dioceses, continuará a delegação, a qual, pelo tempo que de commun accordo se julgar necessario até á conclusão final da circumscripção, tomará um caracter de especialidade relativamente aos lugares que ficarem do *statu quo* das dioceses ainda não circumscripções.

3.º O governo de Sua Magestade convém na explicação dada ás palavras de que se faz uso no artigo 16.º da presente concordata—meios convenientes—de que devem ser providas as dioceses suffraganeas da India, entendendo que alem de um conveniente augmento de subsidio aos bispos, parochos e missionarios, das habitações decentes para os prelados, e da obrigação de fornecer as igrejas dos objectos necesarios para o exercicio do culto divino, se teve principalmente em vista a ereção de capitulos cathedraes e de seminarios.

Conservando firmemente o principio da ereção dos capitulos nas dioceses suffraganeas, o Santo Padre consente, pela sua benignidade, em que sejam tidas em contemplação as circumstancias dos lugares, pelo que respeita ao numero dos capitulos que deve ser determinado pelos bispos respectivos, o qual todavia em caso nenhum poderá ser inferior a quatro capitulos, alem de uma dignidade que a elles presida, devendo o primeiro bispo proceder immediatamente á ereção dos capitulos da sua diocese. Para habilitar portanto os prelados diocesanos a darem prompta execução a este encargo, do qual se ha de fazer menção nas respectivas bullas apostolicas, o governo de Sua Magestade não hesita em declarar, que, previamente á instituição dos bispos das dioceses suffraganeas, ficará estabelecida a congrua dotação dos sobreditos capitulos.

Quanto aos seminarios, reconhece-se como condição imprevedivel a sua ereção n'aquellas dioceses, que, em razão da sua distancia de algum seminario existente em outra parte, estiverem privadas das vantagens de poder mandarem educar ali os jovens clerigos para receber a conveniente instrução.

4.º Finalmente, pelo que toca aos bens das antigas dioceses de Pekim e Nankim, o abaixo assignado aceita a declaração da santa sé, a qual, para evitar no futuro qualquer motivo de questão, consente em que, até que o governo de Sua Magestade esteja habilitado a demonstrar que os ditos bens de proveniencia portugueza, possa o real padroado continuar a fazer d'elles o mesmo uso que actualmente se faz, salvo sempre os direitos de terceiro, a quem se provar pertencer em todo ou em parte a propriedade dos ditos bens; ficando bem entendido, que, ainda quando se verifiche serem de origem portugueza os bens de que se trata, devam elles sempre, no futuro, ser empregados em serviço

degli inventari nelle Chiese del patronato, ove siano vicari apostolici ai quali inventari dovranno perciò concorrere i vicari apostolici medesimi, e i delegati del governo portoghese.

Persuasos il sottoscritto, che queste spiegazioni soddisfaccino i desideri del gabinetto portoghese, si lusinga di vedere così rimosse tutte le difficoltà, che per parte del governo di Sua Maestà Fedelissima facevano ritardare la ratifica del trattato già sottoscritto.

Profitta con piacere il sottoscritto anche di questa occasione per ripetere a sua eccellenza il sig.º Duca di Terceira, presidente del consiglio de ministri, ministro segretario di stato degli affari esteri, ed internamente della guerra, le proteste della sua più alta considerazione.—L. Arcivescovo di Sida.

A s. ex.ª il sig.º Duca di Terceira, presidente del consiglio, ministro e segretario di stato degli affari esteri, ed internamente della guerra.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

O conselho de saude naval e do ultramar pertencente a contratar o fornecimento de carne de vacca, pão alvo, e generos de mercearia para dietas dos doentes do hospital da marinha: as pessoas a quem interessar este annuncio queiram comparecer no dito hospital no dia 25 do corrente mez, ás onze horas da manhã.

Lisboa, 22 de fevereiro de 1860.—O 1.º official, João Maria Soares.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete de Inglaterra estar á vista recebeu-se ás 10 horas e 10 minutos da manhã: a mala chegou aos 30 minutos da tarde: a correspondencia começou a distribuir-se á 1 hora e 35 minutos: a pequena posta saiu ás 2 horas.

Em 21 de fevereiro de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 22 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES
Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 60 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão; e convida o sr. Sequeira Pinto a occupar o lugar de segundo secretario, por não estar presente nenhum dos srs. vice-secretarios.

Acta approvada.
Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Plácido de Abreu, de que por motivo justificado não compareceu na sessão de 18 do corrente.—*Inteirada*.

2.º Do sr. Frederico de Mello, de que por motivo justificado não pôde o sr. Aragão comparecer á sessão de hoje, e talvez a mais algumas.—*Inteirada*.

1.º Um officio do sr. deputado José Luiz Alves Feijó, participando que por incommodo de saude não tem podido emprehender jornada para a capital, a fim de se apresentar na camara, o que fará logo que lhe seja possível.—*Inteirada*.

2.º Uma representação da camara municipal de Villa Franca de Xira, pedindo que, no caso de que se permita a introdução de cereaes estrangeiros, essa introdução seja limitada a uma quantidade certa e determinada.—*A commissão de agricultura*.

3.º De 23 proprietarios de moinhos, nos arredores de Lisboa, pedindo que no caso de se admitirem cereaes estrangeiros, não seja admitida a farinha.—*A mesma commissão*.

Tem segunda leitura um projecto de lei dos srs. Aragão e Garcia Peres, concedendo algumas vantagens ás emprezas ou companhias que emprehenderem a navegação a vapor no rio Sado, entre Setúbal e Alcazar do Sal.

E enviado á commissão de obras publicas.

Tambem tem segunda leitura as seguintes propostas:

1.º Renova a iniciativa:
1.º Do projecto n.º 112 F de 1857, sobre o monte pio militar.

2.º Dos projectos n.ºs 13 e 20 de 1849, sobre promoções e recompensas militares.

3.º Do projecto n.º 17 I de 1857, acerca dos officios do corpo do estado maior.

4.º Do projecto n.º 33 F de 1857, sobre o abastecimento de aguas nas diferentes terras do reino.

5.º Do projecto acerca dos aspirantes a officios, e officios inferiores dos diferentes corpos do exercito, que serviriam com a junta do Porto, apresentado na sessão de 2 de agosto de 1858.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.

São mandados á commissão de guerra os diferentes projectos, com excepção do que diz respeito ao abastecimento de aguas, que é enviado á commissão de administração publica.

2.º Renova a iniciativa do projecto de lei n.º 143, da commissão de fazenda da camara dos srs. deputados, com data de 22 de maio de 1857.

Item a do projecto n.º 45, da mesma commissão, de 24 de julho de 1858.—H. G. da Palma.

E enviada á commissão de fazenda.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos, que são mandados ao governo:

1.º Não se tendo satisfeito os requerimentos que fiz em sessão de 29 de janeiro de 1859, os quaes annuncio e explico em sessão de 21 de fevereiro do dito anno, e tambem os quaes apresentei em sessão de 5 de março seguinte, requero portanto que novamente sejam exigidos pelo ministerio das obras publicas, e com a possível urgencia, pois é muito natural que já estejam promptos.

Sala da camara dos srs. deputados, 17 de fevereiro de 1860.—O deputado pelos Arcos, Plácido de Abreu.

2.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio da fazenda, uma nota da importancia dos direitos de transitio dos cereaes e mais generos hespanhoes pelo rio Douro, que se receberam em cada um dos annos desde 1841 inclusive, em virtude do tratado de 23 de maio de 1840 e lei de 27 de janeiro de 1841.—M. C. Azevedo Pinto.

3.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio das obras publicas, uma nota das quantias despendidas em cada um dos annos desde 1841 inclusive, em obras e melhoramentos da navegação do rio Douro.—M. C. Azevedo Pinto.

4.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio das obras publicas, remetta a esta camara o projecto geral da estrada mandada fazer pelas portarias de 16 de maio de 1857, a fim de ligar a parte septentrional das provincias de Traz os Montes e Minho, na conformidade da lei de 22 de julho de 1850.—Barros e Sá.

5.º Requeiro que se pegam ao governo pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria:

1.º A relação nominal de todos os officios das diferentes armas do exercito e da marinha, que es-

tão ás ordens do mesmo ministerio; qual o serviço que ahí desempenham; quaes as habilitações de cada um de per si; quaes os vencimentos que percebem, e em virtude de que lei; se accumulam soldos com gratificações, ajudas de custo e outros vencimentos; e se é pelo ministerio das obras publicas, ou pelo da guerra e marinha, que são satisfeitos os soldos a esses officios.

2.º A relação nominal de todos os funcionarios civis empregados nas diferentes direcções das obras publicas; desde quando empregados; quaes os seus vencimentos, e por que lei autorizados; quaes as suas habilitações; quaes d'entre elles são considerados engenheiros; de que escola nacional ou estrangeira receberam o diploma; e que lei portugueza os reconhece taes.

3.º A relação nominal de todos os officios e mais praças que estão empregados nos telegraphos electricos; quaes as habilitações e vencimentos dos officios, e por que lei os percebem; se as praças são obrigadas a terem algumas habilitações theoreticas para serem admittidas no corpo telegraphico; se estão sujeitas ao foro militar; e por qual ministerio recebem os seus vencimentos.

4.º A relação nominal de todos os officios que se acham empregados na repartição dos pesos e medidas; quaes as suas habilitações e vencimentos, e por que lei autorizados.

5.º A relação nominal de todos os officios empregados em trabalhos de companhias particulares, e se o governo é quem lhes paga os soldos.

6.º A relação nominal de todos os officios que estão considerados ás ordens do ministro das obras publicas, mas estão em disponibilidade.—Henriques Sacco.

O sr. Affonseca:—envia para a mesa um requerimento dos sargentos do regimento n.º 17, e pede se lhe dê o destino conveniente.

Pede tambem se lhe reserve a palavra, para quando esteja presente o sr. ministro da fazenda, e o sr. secretario para apresentar um projecto de lei.

O sr. Blanc (Hermes, segido):—tendo s. ex.ª o sr. ministro da fazenda apresentado á camara diferentes propostas de lei, tendentes a melhorar o estado da fazenda publica, e não se comprehendendo n'ellas muitos e importantes ramos do serviço fiscal, e que podem talvez gravemente prejudicar o bom resultado das projectadas reformas, pediu a palavra antes da ordem do dia, a exemplo do que tem praticado alguns srs. deputados, mesmo por lhe parecer ser esta a occasião mais opportuna para submeter á judiciosa consideração da camara, algumas reflexões sobre o estado da contabilidade publica, administração e arrecadação dos rendimentos do estado, isto com o fim de fazer sentir a necessidade de algumas outras reformas ou propostas, e está certo de que o sr. ministro da fazenda se não recusará a apresentá-las, se por ventura se convencer, como espera, da sua urgente necessidade.

Pouco importa que se não ache presente o sr. ministro da fazenda, pois que s. ex.ª pelo extracto da sessão terá occasião de meditar sobre as considerações que passa a fazer.

Está a primeira vez que tem a honra de fazer parte da representação nacional, e não estando ainda costumado ás praticas parlamentares, espera da benevolencia de todos os srs. deputados se dignem desculpar quaesquer faltas que por ventura commettera.

A contabilidade publica é o meio mais proficuo de fiscalisar as rendas publicas e sua applicação, bem como de avaliar os factos financeiros, pela analyse dos quaes se conhece o grau de conveniencia da administração, ou a necessidade do seu melhoramento.

A contabilidade publica deve ser o centro de todas as operações que occorrem, não só nas contadorias dos diversos ministerios, como as que tiverem logar nas repartições de fazenda dos districtos administrativos e nas alfandegas, e bem assim das transacções que se acharem nos limites do orçamento, todas ellas agrupadas em uma direcção, aonde se reproduzam em globo clara e systematicamente dispostas: mas é forçoso confessar que esta convergencia ou concentração não se apresenta regular, porque é da natureza das cousas que os actos distinctos de diversas intellectualidades, não dão em resultado a harmonia e a ordem que é para descair: as aberrações dos methodos que tem sido logar, e mesmo as inexactidões dos documentos até agora prestados, prescrevem o preceito de se designar um novo periodo ou começo da contabilidade, aliás os antigos males se reproduzirão no novo systema que ficará empregado dos mesmos vicios, subvertendo-lhe os resultados.

Sendo portanto a contabilidade publica a atalaya da nação e do governo, é forçoso olhar para este ramo do serviço publico com circumspecta attenção; e assim o entendem tambem o governo de Sua Magestade no luminoso relatório que precede os decretos de 19 de agosto ultimo.

Em occasião opportuna fará ver os serviços prestados ao paiz pelo governo com a publicação d'estes decretos; mas por agora bastará observar, que nos referidos decretos se estabelecem os meios de se poder verificar o julgamento das contas de exercicio dos ministerios, devendo notar-se que o tribuna de contas ainda não julgou até hoje uma unica conta de exercicio por não a haver.

A junta do credito publico, cuja creação e organização é especial, ficou igualmente obrigada a prestação de contas com as mesmas formalidades a que estão sujeitas as dos ministerios; disposição esta que tambem se tornou necessaria para melhor regularisar a escripturação da thesouraria do estado.

A direcção geral da contabilidade publica no ministerio da fazenda, como centro de toda a contabilidade publica, ficou encarregada de facilitar e harmonisar as escripturações das diversas repartições de contabilidade, e dos funcionarios d'ella dependentes, vigiando assim pela unidade de pensamento.

Do que acaba de dizer se manifesta que este ramo de serviço publico deve melhorar consideravelmente, se porventura os regulamentos para execução dos decretos de 19 de agosto ultimo fossem organizados em harmonia com o seu espirito e fim, que consiste em se estabelecer um centro de toda a contabilidade publica, encarregado de promover a uniforme execução do systema prescripto.

A administração dos impostos e rendas publicas não tem caminhado com regularidade, porque o decreto de 10 de novembro de 1849, com quanto

melhorasse consideravelmente a administração superior da fazenda publica, não estabeleceu contudo escripturações estatísticas em cada uma das direcções encarregadas do serviço de administração; e estas sem os meios de poderem praticamente conhecer os factos, jámais poderiam obviar ás irregularidades que se introduzissem; difficiencia que a razão condemnou logo em 1849, e a experiencia tem confirmado; mas, n'esta parte, deverá melhorar de futuro o serviço publico, porque o decreto n.º 3, de 19 de agosto ultimo, manda estabelecer em cada uma das direcções geraes do thesouro publico uma repartição especial de contabilidade, da qual deve constar o movimento dos impostos e rendas publicas a cargo de cada uma das mesmas direcções, e a receita effectuada.

Alem do ponderado, outras causas ha que, no sentir d'elle (orador), motivam as irregularidades que se notam na administração publica; e para não abusar da paciencia da camara apontará somente as que resultam do arbitrio, sempre de funestas consequencias.

A reforma da administração superior da fazenda publica, autorizada pela carta de lei de 9 de julho de 1849, foi levada a effecto pelo decreto de 10 de novembro do mesmo anno. Esta reforma deve-se ao atturado estado, e ao trabalho assiduo, e constante de uma das primeiras intelligencias do nosso paiz, de um dos primeiros ornamentos da camara, o sr. Antonio José d'Ávila, e está persuadido de que não ha tenção de destruir esta grandiosa obra, mas só desejos de introduzir os melhoramentos que a experiencia mostra necessários.

A administração superior de fazenda publica, nos termos do decreto de 10 de novembro de 1849, compõe-se de duas entidades distinctas, tribunal de contas e administração central, e esta exercida pela secretaria da fazenda e thesouro publico, sendo seu chefe o ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda.

Esta grande divisão, denominada administração central, foi por conveniencia do serviço subdividida em divisões menores, com a denominação de direcções geraes.

Crearam-se cinco direcções geraes no thesouro publico, a das contribuições directas, das indirectas e alfandegas dos proprios nacionaes, da thesouraria e da contabilidade; e sendo a dos proprios nacionaes creada posteriormente ao decreto de 10 de novembro.

Para a boa ordem do serviço, para melhor se poderem fiscalisar os interesses da fazenda, e mesmo para se facilitar a defeza ás partes, estabeleceu-se em cada uma das direcções geraes do thesouro publico, um conselho com a denominação de conselho de direcção, e a estes conselhos foram conferidas atribuições consultivas pelo decreto de 10 de novembro de 1849, e deliberativas pelo de 29 de dezembro do mesmo anno, que no artigo 7.º manda que todas as questões contenciosas que se suscitarem no thesouro publico depois da sua publicação, sejam resolvidas pelo respectivo conselho da direcção geral com recurso para o conselho d'estado.

Era por tanto essencialmente necessario regularisar a execução do decreto de 29 de dezembro de 1849, não só com respeito ao modo como deviam funcionar os conselhos das direcções geraes, quando constituídos em tribunales administrativos, como em relação á qualificação dos negocios que ficavam sendo da sua competencia; porque não se definindo em termos claros e explicitos, o que devia entender-se por *questão contenciosa*, ficava ao arbitrio dos conselheiros directores geraes, a quem compete convocar e reunir os conselhos, determinar a competencia dos mesmos para o julgamento dos negocios que tinham de ser submettidos á sua decisão.

Infelizmente este regulamento ainda até hoje não foi organizado, e d'esta falta resultaram bastantes irregularidades, porque os conselheiros directores geraes do thesouro publico, usando de um amplo arbitrio, levaram á presença de todos os srs. ministros da fazenda, que têm servido desde 29 de dezembro de 1849 até hoje, milhares de processos envolvendo effectivamente questões contenciosas; e os srs. ministros sobrecarregados de um trabalho quasi superior ás forças humanas, não podendo examinar minuciosamente todos os processos que lhes são apresentados, resolvem a final em presença dos respectivos relatorios como entendem de justiça.

Mas sendo muitas vezes desfavoraveis ás partes as decisões tomadas pelos srs. ministros, estas não podem lancar mão do recurso de que trata o decreto de 29 de dezembro de 1849, porque das decisões dos srs. ministros não cabe recurso. Isto carecia de prompto remedio, porque assim não se administrava justiça recta.

Uma outra circumstancia occorreu, que, talvez muito tenha prejudicado os interesses da fazenda, e consiste em não se ter até hoje communicado á procuradoria geral da fazenda uma unica das decisões tomadas pelos conselhos das direcções geraes, quando constituídos em tribunales administrativos, e podendo ter-se dado o caso de serem estas decisões contrarias aos interesses da fazenda, porque os conselhos são compostos de homens e estes podem errar, tambem ainda até hoje o conselheiro procurador geral da fazenda não levou recurso algum ao conselho d'estado, porque ignora o que se julga e decide nos conselhos das direcções geraes.

São estas as razões por que elle (orador) disse que algumas outras causas existiam, que davam logar ás irregularidades que se notavam na administração publica. Mas espera que o sr. ministro da fazenda, de cuja honra e probidade, intelligencia e saber, ninguém duvida, ordenará, quanto antes, a confecção de um regulamento para execução do decreto de 29 de dezembro de 1849.

No que acaba de dizer não tem de modo algum em vista accusar ou censurar o procedimento dos srs. conselheiros directores geraes do thesouro publico, e ao contrario aproveita esta occasião para asseverar á camara que os srs. conselheiros directores geraes do thesouro publico são empregados zelosos e intelligentes, da maior honra e probidade, e incapazes de cedermos a considerações pessoas com prejuizo dos interesses da fazenda, mas são homens, e como taes podiam errar (*apoiados*).

Para se tirarem bons e proficuos resultados das reformas projectadas pelo sr. ministro da fazenda, é essencialmente necessario que estas reformas comprehendam todos os ramos de serviço fiscal. No seu entender uma das causas, que mais tem concorrido para o estado pouco lisongeiro das nossas finanças, é o modo com que constantemente têm sido considerados importantes ramos de serviço fiscal.

Temos uma importante repartição, que tem a seu cargo a applicação de consideraveis sommas, e a gerencia de avultados fundos, a qual tem um chefe, que sendo exactor de fazenda, é no mesmo tempo gerente de fundos publicos, mas este chefe não se considera sujeito ás disposições geraes da lei.

Refere-se á agencia financeira em Londres. O chefe d'esta importantissima repartição tem a seu cargo o pagamento dos juros da divida externa, o dos vencimentos do corpo diplomatico, e outros que o governo lhe ordena; verifica importantes transacções, e não poucas vezes tem sido encarregado de levantar fundos na praça de Londres sobre papeis de credito.

Mas este exactor e gerente de fundos publicos não presta fiança, verifica os pagamentos e transferencia de fundos sem a precedencia dos respectivos avisos de conformidade; e a escripturação da repartição a seu cargo é feita com respeito aos ju-

ros da dívida externa na junta do crédito publico, e com relação ás transacções na direcção geral da thesauraria, em presença dos documentos fornecidos pelo mesmo chefe.

Isto é muito irregular: 1.º porque não existe lei que dispense o chefe da agencia financeira de prestar fiança como exactor da fazenda, e gerente de fundos publicos; 2.º porque a lei ordena que aos prazos e transferencias de fundos precedam os respectivos avisos de conformidade; e 3.º porque a escripturação d'esta importantissima repartição deve ser feita em Londres, remetendo depois o chefe da agencia a sua conta documentada á thesauraria geral do ministerio da fazenda, para ser ali liquidada e ajustada, se por ventura a thesauraria geral é competente para este ajustamento de contas.

Além d'estas irregularidades existe outra, talvez superior á estas, e consiste em não terem os chefes da agencia financeira em Londres prestado até hoje contas perante o tribunal respectivo, o que é uma violação manifesta da lei, sendo, como effectivamente é, o chefe da agencia um exactor da fazenda, um gerente de fundos publicos, um verdadeiro responsável.

Fazendo estas observações como uma lembrança ao sr. ministro da fazenda, pede a s. ex.ª que ordene a exacta e religiosa observancia da lei, não só com relação á fiança, como á prestação de contas perante o tribunal respectivo. E espera que s. ex.ª tome as providencias necessarias para evitar quaesquer futuros inconvenientes; porque se estes apparecerem não sabe sobre quem deverá pesar a responsabilidade. Se a lei tiver sido religiosamente observada, não teria o estado de pagar os extravijs e de lapidacões de um mau gerente; nem se passaria pelo desgosto de ver apparecer n'esta camara uma proposta de lei para este fim.

Continuando apresentando mais considerações sobre o estado da arrecadação das rendas publicas; fazendo ver as causas que motivaram o retardamento da cobrança. Falla do serviço a cargo dos empregados fiscaes e exactores de fazenda; e trata das causas e motivos porque os impostos, principalmente os directos, não dão o resultado que era de esperar. E conclue mencionando as fontes de receita publica que não são comprehendidas nas propostas apresentadas pelo sr. ministro da fazenda, pedindo a s. ex.ª que não deixe no esquecimento tão importantes ramos de serviço fiscal em que acabava de fallar.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não se levanta para seguir o illustre deputado na importante serie de considerações que fez sobre quasi todos os ramos que abrange a administração da fazenda publica; deseja apenas que o illustre deputado e a camara saibam, que não passaram desaperecidas nem menos consideradas as reflexões de s. ex.ª, com algumas das quaes se conforma, mas que de certo não é n'uma discussão incidente, nem conjunctamente todas, que podem ser devidamente apreciadas e tratadas pela camara.

O sr. *Nogueira Soares*:—por parte da commissão de poderes manda para a mesa o parecer da mesma sobre o diploma do sr. deputado eleito pelo circulo de Amarante, Miguel Pinto Martins.

É approvado e proclamado deputado da nação portugueza o sr. Miguel Pinto Martins.

O sr. *Ministro da marinha* (Ferreira):—apresenta uma proposta para que possam accumular, querendo, as funções de deputado com os respectivos empregos, os srs. F. Soares Franco, G. da Costa Posser, e F. J. da Costa e Silva.

É approvada sem discussão.

O sr. *Maia*:—remette para a mesa dois requerimentos e uma nota de interpellação.

O sr. *Mosinho de Albuquerque*:—apresenta um requerimento por parte da commissão de obras publicas, e igualmente uma representação dos habitantes do concelho de Villa Nova de Ouren, pedindo que aquelle concelho pertença ao districto de Leiria e não ao de Santarem.

O sr. *Encarnação Coelho*:—envia para a mesa quatro representações das camaras municipales de Ferreira do Zezere, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos e Penella, sobre a directriz do caminho de ferro do norte, e a continuação dos trabalhos da estrada de Thomar a Coimbra. Abstem-se de fazer agora considerações sobre o pedido d'estas camaras, reservando-se para em occasião competente o sustentar.

Tambem remette para a mesa uma representação da camara municipal de Aronca, pedindo a rejeição do projecto para a extincção dos conventos de religiosas e inversão dos seus bens em titulos de divida publica.

O sr. *Henriques Secco*:—aproveita a presença do governo para fazer algumas considerações que lhe suggeriu a leitura do officio do juiz de direito da comarca de Arganil, acerca da segurança publica na provincia da Beira. Sobre dois pontos particularmente invocará a attenção do governo: um na pessoa do sr. ministro da justiça, para que s. ex.ª consiga do sr. ministro da guerra a continuação dos destamentos, não só no concelho cabeça de comarca de Arganil, mas tambem nos outros concelhos onde até hoje tem estado força armada, porque sem o seu apoio, as autoridades administrativas e judicias mal poderão desempenhar as suas obrigações n'aquelle paiz ha vinte e tantos annos collocado n'uma situação anormal. As autoridades têm dirigido o mesmo pedido ao governo, e mesmo elle sr. deputado foi encarregado pela camara de Tabua de apresentar ao governo uma representação d'essa camara, pedindo a continuação do destamento em Tabua. Mas a força armada é apenas uma providencia passageira; pôde dar apoio ás autoridades, não pôde, porém, inspirar n'aquelles povos confiança na lei, respeito á autoridade e acabar com a causa das desordens. É necessario que o provimento dos empregos tenha lugar em pessoas competentes para o seu desempenho, não só no ramo administrativo, mas tambem no judicial. Conhecendo que uma das principais causas que concorria para os males da Beira era a corrupção que lavrava em muitos funcionarios de diversas ordens, no relatório que fez no tempo do ministerio do sr. marquez de Loulé, apontou as medidas que convinha adoptar para obviar á continuação d'esses males, e entre ellas, que fossem afastados dos cargos publicos de qualquer natureza, todos os individuos suspeitos de ter relações com os criminosos; e nunca como agora, com relação ao concelho de Arganil, se tornou mais urgente a execução das idéas que indicou.

Estando ali ultimamente um militar como magistrado administrativo, e que desempenhava dignamente as funções do seu cargo, por motivos electorales foi demittido e nomeado em seu lugar um individuo, que hoje está á testa da administração do concelho, e que é accusado de ter intimidade com um dos maiores scelerados da provincia da Beira, e de ter recebido d'elle dadivas e presentes. Pede, pois, ao governo que verifique este facto, e achando que é verdadeiro, que demitta aquelle funcionario substituindo-o por outro que possa bem desempenhar a sua missão, e para isso conviria que fosse dotado das mesmas qualidades do seu predecessor, alheio á localidade e superior ás influencias que ali dominam.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—ouviu as reflexões que fez o sr. deputado acerca da existencia da força publica na comarca de Arganil. Não se refirirá ao officio que o juiz de direito d'aquella comarca mandou directamente ao governo e que publicou nos jornaes, porque não é talvez a occasião competente para isso. O governo ha de pro-

ceder conforme entender pelas arguições calumniosas que aquelle juiz lança sobre o mesmo governo, fóra das suas attribuições (apoiados). Respeita summamente o poder judicial, mas não admittie que elle exorbe das suas attribuições para caluniar o governo (apoiados). A asserção que aquelle juiz faz de que não existe força publica na comarca de Arganil é menos exacta; refirirá á camara os factos acerca dos quaes tem na sua mão os documentos comprovativos.

Desde muito que na comarca de Arganil existia um destacamento; ultimamente esse destacamento tinha sido retirado, e o juiz de direito pediu que tornasse a ser mandada para ali força armada para que podesse haver segurança publica, e para que nas audiencias geraes os jurados podessem conservar a independencia necessaria e cumprir as obrigações do seu cargo. Immediatamente officiou para o ministerio da guerra, e um destacamento foi mandado para Arganil. Um officio do juiz de direito declara o apparecimento do destamento ali e na occasião competente. Mas o destacamento foi provisoriamente e o juiz de direito reclamou a sua conservação permanente. Mandou immediatamente parte telegraphica ao juiz de direito para que espagasse quanto fosse conveniente as audiencias geraes, fim principal para que o destacamento para ali foi, em quanto que pelos ministerios da guerra e do reino, se tomavam as providencias necessarias para que o destacamento ali ficasse permanentemente. Assim se fez, e o destacamento continuou a permanecer em Arganil como provam os documentos.

Por parte do ministerio da guerra mostrou-se que, attenta a diminuta força do exercito não era possível conservarem-se tantos destacamentos quantos se tinham conservado nos annos anteriores, e que fossem escolhidos dois ou tres pontos mais importantes onde se concentrasse a força e d'onde fosse possível auxiliar as outras localidades. Foram ouvidos os juizes das quatro comarcas circumvisinhas, e elles combinaram que era indispensavel a permanencia da força na comarca de Arganil e em Oliveira do Hospital. Immediatamente se officiou aos ministerios da guerra e do reino para que se tomassem as providencias necessarias a fim de que a segurança publica ali não perigasse; e do ministerio da guerra foi respondido, que o destacamento permaneceria permanentemente em Arganil. Pelos documentos se vê que officialmente não consta que de setembro ou outubro para cá, deixasse de estar força armada permanentemente em Arganil; mas o juiz de direito diz que a força não existia ali, e sobre este falso presuppuesto lança sobre o governo arguições completamente calumniosas, porque não é possível que as estações publicas falem á verdade com o governo nas participações que lhe fazem; entretanto este facto tem de ser especialmente averiguado, e envia para a mesa um grande numero de documentos a este respeito e mandará todos os mais que forem necessarios.

A respeito da comarca de Tabua houve uma requisição do juiz de direito para que ali se conservasse um destacamento. Pediu-se ao ministerio da guerra; mas talvez em consequencia da pouca força do exercito não fosse mandada para aquella comarca uma força permanente, nem tambem agora se apresentou factos algum notavel que a tornasse necessaria nem arguição por ella ali não estar.

A pedido do sr. Ferrer concede-se-lhe a palavra n'este incidente, e a todos os srs. deputados que d'ella quizerem usar.

O sr. *Ferreira*:—manda para a mesa a declaração de que se acha constituída a commissão do ultimatum, tendo nomeado para secretario o sr. Maia, a elle para presidente, e reservando-se para nomear relatores especiaes para os negocios que hajam de lhe ser submettidos.

Agradece á camara a benevolencia de lhe conceder a palavra sobre a materia em que fallou o sr. Secco, e declarando que não traria essa questão á camara, sem primeiro haver prevenido o sr. ministro da justiça, como a questão appareceu, e s. ex.ª se mostrou habilitado a responder, e tanto que trouxe os documentos necessarios, promette não abusar, dizendo só poucas palavras.

Não sabe se o juiz de direito da comarca de Arganil fez, ou não, accusações calumniosas, porque não tem conhecimento dos factos especiaes sobre que recebem as censuras d'elle; mas o que sabe é que é um homem muito intelligente, rectissimo, e que como tal goza de uma excellente opinião n'aquella comarca, e entre os povos visinhos.

Pode ser que elle se excedesse; porém é necessario releva-lhe isso, pelas circunstancias especiaes em que se encontra, porque n'aquella localidade já foi assassinado um juiz de direito, e quem se acha administrando justiça em terras de tal ordem, está em grande risco, e merece toda a desculpa.

Parcece-lhe que ha n'esta questão um *qui pro quo*. O juiz queixa-se de que lá não ha um destacamento; o sr. ministro diz que o ha; e ambos fallam verdade. É necessario desembrulhar isto, para que se entenda por uma vez.

Existe com effeito um pequeno destacamento no concelho de Goes. Como esse concelho pertence á comarca de Arganil, diz o sr. ministro que está n'aquella comarca o destacamento. Mas como está sómente em Goes, que é para o poente, e é necessario para o nascente, nenhuma segurança presta ao juiz de direito, nem o habilita a administrar justiça com imparcialidade.

E quem tem conhecimento d'aquella localidade, conhece a necessidade de se ministrarem ao juiz de direito todos os meios necessarios para viver com segurança, e poder administrar justiça ás partes, e não deixar entregue a sua vida nas mãos da Divina Providencia.

O sr. *Alves Martins*:—como a questão é de factos, não se julga habilitado para emitir o seu voto a este respeito.

Viu nos jornaes o officio do juiz, em que pede que se lhe mande tropa porque a sua vida se acha em perigo, e não pôde administrar justiça por lhe faltar o auxilio da força publica; e admira-se de que o sr. ministro da justiça viesse agora declarar que elle é um calunniador. Ha muitos annos que tem assento na camara, e nunca ouviu sair dos bancos dos ministros uma expressão de tal ordem, nem esperava ouvir fallar assim de um empregado que tem na sua mão a honra, a vida e a fazenda dos cidadãos.

Toda a camara sabe o que deve ser um juiz, e o prejuizo que lhe deve causar o chamar-lhe o seu chefe no seio da representação nacional, á face do paiz inteiro, *calunniador*! Que fica esse homem? Um cadaver.

Responder d'esta maneira a quem diz:—se me não acodem, fujo d'aqui—é rebaixar muito o poder. Nunca o vira tão rebaixado, com quanto tenha escripto e dito, que uma das primeiras necessidades publicas de hoje é levantar o poder da lama.

Se o juiz commetteu um crime, appliquem-se-lhe as leis, castigue-se; mas não o desconheciam, não o deprimam, não o tornem miseravel diante da nação portugueza. Pois que respeitabilidade pôde elle ter quando no parlamento se profere uma tal expressão a seu respeito?

O juiz diz que lhe falta a força publica, e que só lhe appareceu lá na occasião das eleições. Para isto tem o governo força bastante; não só ali, mas em outras terras appareceram os soldados para andarem atrás dos governadores civis e dos administradores dos concelhos correndo o districto, a fim de que a urna estivesse desaffrontada; e para proteger a administração da justiça é o exercito pequeno!

Quería protestar contra a expressão pronunciada pelo sr. ministro, e nada mais tem a dizer. O ministro é o executor das leis, e não ha lei que autorise um membro do poder executivo a chamar calunniador a um juiz, nem quando o seja.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—lamentava que se agreda o governo, porque repelliu uma calumnia de um empregado seu.

Pois um juiz publica nos jornaes uma correspondencia, em que se formulam accusações pesadas contra o governo, chamando-lhe connivente com os malfatores e assassinos, sobre um falso supposto, e não ha de o governo poder repellar uma injuria de tal ordem!

Se elle (orador) tivesse vindo á camara alucimar de calumniosas a accusação que se lhe fez, e não dissesse ao mesmo tempo, que procedia contra o juiz que lhe dirigiu, tinha o illustre deputado razão para fallar; mas não a tem, porque procede contra elle desde o momento em que recebeu o officio, e verificou pelos factos que a accusação era infundada.

Nunca a nenhum governo d'esta terra se fez uma accusação de tal ordem (apoiados); nunca nenhum governo foi accusado de connivente com assassinos (apoiados); de ter nomeado autoridades para os favorecerem!

Além d'isto o funcionario de que se trata desaccusa o juiz, porque devia saber que os deputados não são feitos pelo governo, mas pela nação (apoiados), para não dizer em um officio, que o governo mandou eleger um parente de um assassino.

Onde se fez uma accusação tal? E ha de o governo vir á camara com a corda ao pescoço e não bradar, que isto é falso, que é uma calumnia!

Já mandou proceder, como disse, e os tribunales hão de ver quem tem cumprido com os seus deveres, se é o governo, se é a autoridade, que por isso mesmo que a lei lhe dá uma certa independencia, devia ser mais comedida.

Quando elle (orador) proferiu essa expressão, proferiu-a com a convicção que lhe davam as partes officiaes que recebeu, e com a consciencia que tem dos actos do governo e da maneira porque cumpre com os seus deveres. E em quanto occupar o lugar de ministro não ha de tolerar que nenhum empregado exorbeite dos seus deveres, calunniando-o.

Mas disse o sr. Ferrer, que tanto o que o juiz dizia, como o que dizia o ministro era exacto, estando a força dentro da comarca de Arganil, mas não em Arganil. O que elle (orador) pôde afirmar é, que a força está ali ás ordens das autoridades judicias e administrativas. Se se conservou sempre na cabeça de comarca, se foi necessaria a sua presença em algum outro concelho, não o pôde dizer, porque o que sabe é que as ordens do ministerio da guerra, indicaram que as forças fossem, e se concentrassem na cabeça de comarca, obedecendo á autoridade ali existente, e marchando á sua ordem para onde o serviço o exigisse.

Esta questão, quando a camara não tem podido examinar os documentos, é um pouco deslocada, mas como ella se levantou, devia fallar d'este modo; e declara que não andou inconsideradamente na classificação que deu ás arguições do juiz de direito de Arganil, porque os factos lhe demonstraram que assim era; e devia apresentar-se perante o parlamento, com a força que lhe dá a sua consciencia e o conhecimento com que administra a justiça, a repellar a injuria, venha ella d'onde vier.

O sr. *Henriques Secco*:—não pretende imprimir na questão da segurança publica o caracter politico, porque, o que como delegado de confiança do governo, que já teve a honra de ser, ou como particular, ou como membro da camara, tem levantado a sua voz sempre a favor da segurança da provincia da Beira, sem nunca fazer d'isso questão politica.

Debaixo d'esto ponto de vista está persuadido de que o nobre ministro da justiça não teve em vista, chamando calunniador ao juiz de direito de Arganil, senão repelli-los uma affronta feita a s. ex.ª e ao governo na accusação d'aquelle juiz; mas sem querer defender este empregado, porque nem elle o precisa, nem lhe deu procuração para isso, dirá, como disse o sr. Ferrer, que até certo ponto é de culpavel, em consequencia das circunstancias especiaes em que se acha collocado, pelo terror que tem imperado sobre elle, vendo-se desajudado da força publica, e estando ao facto dos successos anteriores que tiveram lugar na provincia da Beira, onde o crime tripudiu por mais de vinte annos com a protecção do governo, protecção que unicamente cessou em 1851.

Em honra do ministerio actual não pôde deixar de dizer que, pedindo ha tempos ao nobre ministro da justiça o cumprimento de certas providencias em relação aos concelhos desordeiros d'esta provincia, s. ex.ª foi prompto em acceder aos seus desejos, e ha dias lhe disse, que havia expellido ordens n'aquelle sentido. Mas apesar da solfiteude de s. ex.ª, apesar das diligencias de todos os gabinetes desde 1851 por diante, nem por isso se dispôs de apresentar, sempre que a occasião se offerece, quaesquer considerações que entenda a bem da segurança da Beira.

Pelo que respeita á continuação dos destacamentos, pela referencia que o nobre ministro da justiça fez ás medidas ultimamente apontadas, cre que se vá reduzir de cinco a dois; mas desde já previne a s. ex.ª de que convirá, mesmo com algum sacrificio, e por honra do governo conservar os cinco destacamentos que estão n'aquella localidade. N'este mesmo sentido se tem dirigido ao governo representações das autoridades locais; ainda antes de hontem elle (orador) procurará o sr. ministro para lhe entregar uma representação da camara municipal de Tabua, em que pede que lhe honhem ali um destacamento, e hoje mesmo, mas não encontrando s. ex.ª, a entregou na sua repartição. E cita o facto para demonstrar o quanto todas as autoridades têm a peito a conservação dos destacamentos, como meios de segurança publica; porque se prova que desde que a força publica desaparece, tem lugar o crime em uma serie continuada.

Todavia esta medida, com quanto de necessidade, não é ainda a principal, porque a tropa pôde dar apoio á autoridade local, mas não é ella que ha de moralisar nem obstar a que os criminosos continuem na vereda do crime; isso só se poderá conseguir por meio de bons empregados.

Ora, fazendo-se referencia no officio do magistrado de Arganil, á intimidade de relações entre o actual administrador do concelho de Tabua e um chefe de bandidos da Beira, é para este facto que especialmente chama a attenção do governo, e sem querer entrar nas rasões por que o governo demittiu o antigo administrador e o substituiu por outro, ob-

serva que na nomeação d'este se contrariou o principio de administração, que deve ser attento de sempre collocar á testa dos concelhos desordeiros homens de fóra. Não quer a administração montada militarmente, mas faz uma excepção a respeito da Beira, por quanto os administradores têm mais força quando militares do que em paisanos, porque são alheios ás localidades, e accumulam a gratificação municipal com o soldo da patente. Por isto parece-lhe que a demissão dada ao antigo administrador do concelho de Tabua teve o inconveniente de tirar um homem que reunia as condições necessarias para preencher aquelle cargo, ao passo que o que o foi substituir é um moco de verdes annos, que, com quanto esteja convencido de que é pessoa de bem,

não tem aquella respeitabilidade de que se carece em um cargo tal; e por outra parte é da localidade. Pede ao nobre ministro que verifique, se é ou não verdadeiro o facto de elle ter relações com os criminosos, e se assim for, a bem da segurança do concelho, o faça substituir, pondo de parte qualquer consideração politica.

Respondendo a uma observação do nobre ministro, de que no tempo em que administrou o districto de Coimbra nunca conseguira capturar os criminosos, diz que nunca promoveu a captura d'elles, porque n'esse tempo não foi necessario usar de meios de rigorismo para que a cadeia dos crimes se quebrasse; bastou uma medida capital, qual foi tirar das administrações dos concelhos todos os homens que directa ou indirectamente tivessem relações com os criminosos. Quando entrou na administração d'aquelle districto era presidente da camara municipal de Midoses esse homem que é accusado no officio a que se tem feito referencia, e fez com que elle saísse d'aquelle cargo, obstando na eleição immediata a que fosse eleito para a camara municipal.

Ponha-se, pois, por uma vez de parte a politica.

Acredita no cavalheirismo, na boa fé e intenção do nobre ministro da justiça, e na do sr. ministro do reino, e pede a um e a outro, pelo bem da causa publica e por honra do governo, que não despresem meio algum de fazerem aquelles povos o bem a que elles tem direito, como todas as outras provincias do paiz.

O sr. *F. C. do Amaral*:—tinha pedido a palavra para rectificar o *qui pro quo* em que estava o sr. ministro da justiça quando assegurou, que na comarca de Arganil existia um destacamento. Como já disse o sr. Ferrer existe, mas não na cabeça de comarca, que é a villa de Arganil; existe em Goes, e ali se conserva.

Disse o nobre ministro que o seu collega da guerra determinou que o destacamento se apresentasse onde fosse necessario á disposição da autoridade judicial e administrativa; porém os destacamentos tem um quartel permanente, que actualmente é em Goes, e em Arganil é que era necessario que existisse. Quando a autoridade judicial tem necessidade de alguma diligencia, é verdade que o requisita, e o commandante cumpre as ordens, mas satisfaz a diligencia volta ao seu quartel permanente, e estando elle em Goes, onde contudo não contesta a necessidade da sua existencia para a segurança publica, é certo que onde a necessidade se torna mais momentosa é na cabeça da comarca.

Sem entrar na analise das asserções que o juiz faz no seu officio, assevera que alguns dos factos são verdadeiros, e que a necessidade da força publica em Arganil é urgentissima. E as informações em contrario que o governo possa haver de alguma autoridade, pede licença para o dizer, são menos exactas.

A força militar, desde que deixou de ter o seu quartel em Arganil, quando ali se demorou mais tempo foi por occasião das eleições. Não lança a responsabilidade ao governo; está persuadido de que elle não determinou que se fizesse assim; mas o caso é que o facto teve lugar.

Tambem ha outro equivooco da mesma natureza. Disse o sr. ministro que na comarca de Oliveira do Hospital existe um destacamento, quando na realidade se collocaram informações para se poder julgar qual conviria mais, se continuar elle em Oliveira do Hospital ou ir para Tabua. Tabua é a comarca a que pertence o concelho do Midoses, onde habita a familia dos Brandões, e é o centro onde é mais necessario que o destacamento tenha o seu quartel permanente, do que em Oliveira do Hospital, onde não existem tantos membros d'essa familia.

Com isto não tem em vista senão chamar a attenção do governo, e está persuadido dos desejos que animam o sr. ministro, que lhe declarou que nunca transigiria nem daria protecção aos criminosos, e por isso espera tudo das suas boas intenções de dar a segurança devida aquelles povos, segurança que tem sido intervallos.

Desagradamente, na maior parte d'essa longa epocha de vinte annos, os criminosos foram protegidos e alguns até condecorados; mas a verdade é que tambem durante essa epocha algumas vezes foram perseguidos e condemnados.

Entende dever fazer esta rectificação ao que disse o sr. deputado Secco.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—lé alguns officios para mostrar que pelo ministerio da guerra se tinha ordenado ao general commandante da 2.ª divisão, que mandasse para as localidades de Arganil e Goes a força necessaria para auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e segurança publica, e bem assim, lê os officios do referido general, dando conta de que se cumpriram essas ordens, e declara que a força estava ás ordens das autoridades superiores de administração e de justiça n'aquella comarca, sendo uma o juiz de direito.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—não suppunha que depois das graves questões de moralidade, que tem tido a fortuna de trazer á camara, para despertar a attenção dos srs. ministros presentes e passados sobre o estado miseravel em que se acha o paiz, ainda hoje podesse apparecer esta questão.

Lendo hontem o officio do juiz de direito de Arganil, que vem publicado nos jornaes, ficara atordoado, e dissera que, ou quem o escreveu deve ser mettido em processo, ou o sr. ministro accusado.

Nesse officio diz-se nada menos, que o governo é connivente com os assassinos e malvados, e até já ouvira dizer, que ha vinte annos se dispensa impunemente a protecção a criminosos, e que até dentro d'esta camara houve quem os defendeu. Quem foi esse homem que os defendeu, exclama o orador? Se algum houve que os defendeu, esse homem é mais assassino do que elles...

O sr. *Secco*:—declara que fora elle que proferira esta expressão, mas refere-se a todos os governos desde 1844 até 1851: faz justiça ao governo da regeneração e a todos aquelles que se lhe tem seguido, porque têm obrado de outra maneira.

O orador:—não ha governo algum que queira a anarquia: isto não se diz (apoiados); assim como tambem não se diz, que o governo roja na lama, como o ouvira dizer a um illustre deputado: o governo rojaria na lama, quando soffresse que uma autoridade dissesse o que se diz n'esse officio (muitos apoiados). Isto é que seria rojar-se na lama (apoiados).

Não se encarrega da defeza dos srs. ministros, não priva com ss. ex.ª, nem cre que valham menos que os seus antecessores: ainda espera d'elles; e quando os factos lhe vierem demonstrar que está enganado, abandona-os, como tem abandonado outros.

Uma cousa em que não pôde concordar com o sr. ministro, é em s. ex.ª dizer, que por falta de força publica não estão os destacamentos em toda a parte em que devem estar. Parece-lhe que este é um ponto importante da questão. Para que servem as armas á *Mené*, os canhões raiados, e a força que tem o nosso exercito? Para a guerra externa, não, que a não temos; e então se não serve para nos guardar a nossa bolsa e vida, não sabe para que sirva.

Não entende que as expressões enunciadas pelo sr. ministro da justiça, em justa defeza, podessem dar lugar ás considerações que acaba de apresentar o sr. Alves Martins; e se elle (orador) tivesse tido de fazer opposição ao sr. ministro da justiça, reservava-se para lá fazer mais tarde, porque antes d'isso tinha a pedir-lhe que, ou moralisasse esta

terra, ou largasse a cadeira de ministro, e sobretudo na repartição da justiça. Não é julgando só os Brandões que se salva esta terra; é fazendo andar a syndicança feita á relação do Porto (O sr. *Lopes Branco*:—pede a palavra), a qual é um escandalo estar escondida ha tanto tempo; e é levando a syndicança ás 1.ª e 2.ª instancias.

O juiz de direito de Arganil trouxe para a questão pessoal a miseravel questão electoral, questão que, no modo de ver d'elle (orador), prende muito com todas as outras a que elle se refere; mas parece-lhe que o governo, nas reformas que fizer, deve separar as autoridades d'estas tricas electorales, as quaes lhe tiram a força, e é por isso que ellas lhe pedem contas, porque se as autoridades administrativas e judicias não forem filhas das localidades, nem tiverem que fazer eleger um primo, um irmão, um parente, ellas terão em si a força para se fazer obedecer e respeitar, e não rojar na lama escrevendo tacs officios.

O sr. *Ferreira*:—principia repetindo as primeiras palavras que proferiu, quando fallou da primeira vez. Disse então que não sabia se eram ou não calumniosas as expressões que o juiz de direito de Arganil dirigia ao sr. ministro, e disse que o não sabe porque não tem as provas nem a favor d'essa accusação nem contra. Se tivesse as provas das accusações que o juiz de direito dirige ao sr. ministro da justiça, havia de cumprir o seu dever, apresentando uma accusação a s. ex.ª.

O juiz de direito faz gravissimas accusações, e o sr. ministro diz que o juiz de direito é um calunniador; posta a questão n'este terreno um dos dois deve morrer.

Se o juiz de direito é calunniador, deve ser mettido em processo, e folga de ouvir dizer ao sr. ministro que já mandou proceder contra elle, e este procedimento é mandar mettel-o em processo. Portanto em relação ao juiz de direito, que está mettido em processo, a camara não tem nada com isso, e o sr. ministro parece-lhe que andaria melhor, se se limitasse a dizer que o juiz está mettido em processo, e em relação a s. ex.ª mandar depositar na mesa os documentos, para serem estudados e examinados por uma commissão, a qual depois trouxesse um parecer á camara.

Lastima que esta questão viesse *ex abrupto*: era melhor que primeiro se tivessem pedido os documentos, e que a camara os tivesse examinado; mas no estado da questão não se deve progredir n'ella. Em relação ao juiz de direito, que está mettido em processo, a camara deve impor silencio á questão, e pelo lado do sr. ministro tambem não se deve progredir, porque é necessario examinar os documentos que s. ex.ª apresentou.

Com isto devera terminar, mas quer simplesmente fazer uma reflexão ao sr. ministro da justiça rectificando um facto.

Não tem as provas, mas tem boas rasões para asseverar que o destacamento que está em Goes, não está ás ordens do juiz de direito de Arganil; está ás ordens das autoridades administrativas e judicias de Goes, mas não ás ordens das autoridades administrativas e judicias de Arganil. E conclue dizendo, que não gostou de ouvir dizer que não ha tropa sufficiente para todos os destacamentos.

O sr. *Alves Martins*:—parece-lhe que quando ha pouco fallou, não se exprimiu de maneira que podesse ser bem comprehendido.

Não trouxe a questão á camara, achou-a n'ella. Viu o officio e não emittiu a sua opinião sobre a legalidade ou illegalidade, verdade ou não verdade do que n'ello se contém, nem sobre a sua conveniencia. Pediu a palavra para entrar na questão, quando ouviu ao sr. ministro da justiça algumas palavras que não esperava ouvir, e que desejaria muito não tornar a ouvir, e ao sr. D. Rodrigo que achou talvez severas as palavras d'elle (orador) diria que *quod dicit dicit* porque não costuma dizer senão o que sente.

Não trata de qualificar o officio do juiz de direito de Arganil, e não sabe se é verdade ou calunioso o que ali se diz, mas dado e não concedido que seja calunioso, entende que o sr. ministro não está no direito de responder a uma calumnia com outra calumnia. (Vozes:—não é calumnia.) Supposto que o juiz de direito falou á verdade, podia um membro do parlamento dizer que o juiz de direito é calunniador?

Disse tambem um illustre deputado, o escandalo de estar escondida a syndicança! Quem ha de julgar os primeiros juizes da relação do Porto, corruptos só porque um membro do parlamento o viu uma vez dizer á camara? Quem pôde acreditar que o juiz de direito de Arganil é um calunniador, um corrupto só porque um membro do poder executivo o diz? Isto parece a inversão de todos os principios. Não pôde deixar passar em julgado a expressão de que o sr. ministro usou; não pôde deixar de protestar contra tal expressão. O seu protesto é contra a expressão do sr. ministro, porque entende que não está no direito de dizer o que disse: embora o juiz fosse culpado e calunniador, mil vezes calunniador, o sr. ministro não tem direito para o dizer, é aos tribunales que cumpre julga-lo.

O sr. *Ministro da justiça* (Martens Ferrão):—ponco dirá, e a camara julgará da verdade das suas palavras, e da justiça com que avançara algumas asserções que sustenta e continuaria a sustentar (apoiados).

Apresenta-se um empregado publico, um individuo qualquer escrevendo que o governo dá protecção a criminosos; que collocou autoridades expressamente para dar protecção a assassinos; que viola a lei mandando fazer deputados como convinha aos assassinos; que retira a força armada para que elles não possam ser perseguidos, e collocando assim a justiça ás ordens dos mesmos assassinos; e pôde o governo, chegado ao seio do parlamento, e convencido da inexactidão d'estas asserções deixar de dizer—*tudo isto é calunioso*? (apoiados). As asserções são calumniosas, sem com isto chamar calunniador ao individuo que tal escreveu.

Que as asserções feitas são calumniosas di-lo e repete-o, e responde pela propriedade da expressão, forte como está na convicção que tem dos actos do governo na administração da justiça, porque sabe como o governo se tem conduzido na administração publica; e as asserções que se encontram no officio alludido são a mais flagrante contravenção da verdade; são mil vezes calumniosas (apoiados); e não ha na terra força capaz de o obrigar a deixar de dar a essas asserções a significação que ellas tem. E que são calumniosas prova-se pelos documentos de que já deu conhecimento á camara. Se quem as escreveu teve ou não a consciencia de que fazia asserções calumniosas, não o sabe, nem pôde devarrass a consciencia alheia; se o fez em boa fé justifique-se perante os tribunales onde é chamado; e se ali se provar que tacs asserções são verdadeiras, á camara cumpre então tirar as consequencias. E não venha o precedente orador dizer, que chamára calunniador ao individuo, porque o não fez, quando disse que eram calumniosas as asserções feitas por este juiz, no que ha uma grande distincção (apoiados). Não tem nada com o individuo, mas tem tudo com as suas asserções, e foi em virtude d'ellas que mandou proceder contra elle. E seria indigno de occupar o lugar de ministro se, depois de um individuo, funcionario publico ou não, se dirigir ao governo como se dirigiu o juiz de direito de Arganil, não mandasse proceder contra elle, para provar o que asseverou, ou mostrar a sua leviandade no que escreveu (apoiados). O dever do governo é levar

esta questão até apurar completamente a verdade (apoiados). Esta é a sua obrigação, procura cumprir-la; e quando a não poder cumprir assim, não estará nas cadeiras do ministério (apoiados).

Argumentou-se com a independência do indivíduo que fez tais asserções caluniosas, dizendo-se que pertence ao poder judicial. Como porém se quer estender esta independência até ao ponto de se consentir que se assemem factos sem provas? A independência do poder judicial é uma cousa completamente diferente; a independência do poder judicial nunca foi a irresponsabilidade (apoiados). Quanto maior é a independência, tanto maior e mais eficaz é a responsabilidade, maior e mais activa ella se exige no cumprimento dos deveres publicos (apoiados).

Nada mais dirá a respeito d'esta questão, porque se persuade ter dito o suficiente para explicar o seu procedimento como ministro, e para justificar as suas expressões, que não podiam de modo algum ter a intelligencia que lhe deu o precedente orador. Em quanto á referencia feita pelo sr. D. Rodrigo, a respeito da syndicança da relação do Porto, declara, que, não desejando complicar as questões, nem querendo também deixar de satisfazer aos desejos do illustre deputado, está prompto a dar a s. ex.ª, ou a qualquer outro sr. deputado, as explicações que lhe exigirem sobre este ponto, mas não acha conveniente fazê-lo em publico, e, n'estes termos, declara que não tem duvida de em sessenta e cinco dias tratar d'este negocio, dando ali as explicações que se quizerem, e a camara comprehende de certo os motivos que levam o governo a não tratar na actualidade este negocio (na sessão publica).

O sr. Presidente:—dá a palavra ao sr. ministro do reino.

O sr. Ministro do reino:—cede da palavra.

O sr. Avila:—não pretende tomar parte n'esta questão, e por isso só dirá poucas palavras sobre dois pontos que foram tocados na discussão, e a respeito dos quaes entende não dever ficar silencioso. Deve começar por dar ao sr. D. Rodrigo de Menezes um testemunho, de que s. ex.ª nas diversas observações que fez durante o tempo que elle (orador) teve a honra de ser ministro da justiça, com referencia á syndicança da relação do Porto, s. ex.ª procedeu sempre com os ministros de então de uma maneira propria da sua delicadeza, não soltanto nunca expressou alguma que podesse ferir a honra dos ministros. Mas s. ex.ª, referindo-se agora a este assumpto, pronunciou uma expressão que acha injusta, dizendo que esta syndicança estava escondida ha uns poucos de annos.

Logo que teve a honra de entrar no ministério alguma cousa se disse na camara a este respeito, e por essa occasião pareceu-lhe ter dado informações que a deviam ter satisfeito, e as informações que então deu foi que, á vista da lei de 21 de julho de 1845, que, segundo lhe parecia, fora feita em virtude d'esta syndicança, e com o fim de habilitar o governo a poder providenciar quando julgasse que era necessario em casos identicos aquelles que tinham servido de base a esta syndicança. Por essa lei o governo tinha obrigação de não apensar qualquer juiz, sem preceder consulta do supremo tribunal de justiça. A syndicança foi levada ao conhecimento do supremo tribunal de justiça, que mandou ouvir o procurador geral da coroa, que consumiu o espaço de tempo que julgou necessario para poder emitir a sua opinião sobre um assumpto tão grave, e que deve correr por todos os membros do referido tribunal, não dispensando mesmo os que estiverem com licença; portanto na demora que tem havido s. ex.ª não pôde fazer censura ao governo transacto, nem a quererá fazer ao actual, especialmente depois do que a tal respeito acaba de dizer o sr. ministro da justiça.

Pela experiencia que teve durante o tempo que exerceu internamente o cargo de ministro da justiça, conhece que o governo não tem, pelas leis actualmente existentes, meios bastantes para providenciar sobre os casos identicos aquelles a que o sr. D. Rodrigo de Menezes se referiu; e convenci do d'isso apresentou uma proposta de lei a este respeito, não sabendo se seria feliz ou infeliz na apreciação que d'ella se fizesse; porque a commissão de legislação não chegou a dar parecer sobre ella; nem sabe mesmo se o actual sr. ministro da justiça já declarará que adoptava essa proposta; mas s. ex.ª entende que não é sufficiente, de certo apresenta outra que preencha melhor o fim que tivera em vista. Sobre este ponto nada mais diria.

Disse o sr. Henriques Secco, que desde 1834 até 1851 os governos d'este paiz têm dado protecção a uma horda de assassinos. Crê que o illustre deputado não reputa exacta esta asserção, porque está muito distante da verdade (apoiados). Basta ver que desde 1834 até 1851 dirigiram os negocios publicos ministerios de todos os partidos politicos, que tem havido n'este paiz; ministerios compostos de homens sobre cuja honra nem mesmo a calumnia mais descabelada pôde lançar suspeitas; portanto não é possível que a asserção do illustre deputado seja exacta (apoiados).

Dá testemunho de que o sr. Alves Martins o que quiz foi fazer ver que o sr. ministro da justiça, depois de ter mandado metter em processo o juiz de direito de Arganil, não podia usar da expressão de que usou, e que o entender do illustre deputado importava chamar calunniador ao referido juiz; mas do facto não ouvia pronunciar ao sr. ministro da justiça a palavra calunniador, e só disse que eram caluniosas as asserções que empregara; e d'aqui a chamar-lhe calunniador ha alguma differença. (Vozes:—ha muita).

O sr. Rebello Cabral:—começa por perguntar o que a camara tinha a votar e a discutir? A camara não pôde constituir-se defensora nem accusadora de ninguém: perde-se tempo n'uma cousa que não pôde ter seguimento algum, e portanto pede que se ponha termo a este incidente, não se permitindo que taes incidentes tenham logar senão por um modo regular.

Finalmente pedira a palavra para responder a uma expressão do sr. Secco, a que acaba de referir-se o sr. Avila, e por isso não diz nada, esperando que o sr. Secco retirará essa asserção.

O sr. Lopes Branco:—mal pensava que depois de umas ferias de oito annos em que esteve ausente do parlamento, fosse obrigado a fallar n'uma questão de honra e pundonor, provocado pelo sr. D. Rodrigo, que lhe parece não a dever ter feito nos termos em que a apresentou. Assegurava porém a s. ex.ª que não era em virtude d'ella que fallava sobre este assumpto, pois que já tencionava dirigir uma interpellação ao sr. ministro da justiça sobre a afamada e nunca acabada questão da syndicança á relação do Porto; interpellação a que está obrigado por todos os principios de honra e brio, por isso que tem a honra de pertencer ao tribunal, que tem estado debaixo do peso d'estas immensas accusações de corrupção e venalidade.

A respeito da syndicança da relação do Porto pôde fallar tanto pelo procedimento que o honra em relação a este negocio, como mesmo em relação á historia d'ella, a qual presencio desde o seu começo. Sente que a syndicança da relação do Porto se tivesse apresentado, já pelas desgraçadas consequências que d'ella tem resultado, como porque tal syndicança não era autorizada por lei. E lamenta que não esteja presente o membro d'esse tribunal, um juriconsulto distincto que teve a facilidade de decretar essa syndicança, para fazer diante d'elle estas mesmas considerações.

Logo que no Porto se apresentou o magistrado encarregado d'esta syndicança, lhe escreveu uma carta, na qual começava por lhe negar o direito que tinha para ir exercer a commissão de que o governo o encarregára, mas que tratando-se de um acto de tanta importancia, presencio dos seus direitos e o autorisava a indagar não só no Porto, mas em qualquer parte em que tivesse exercido autoridade ou cargo publico, o seu procedimento pessoal e os seus actos publicos.

A syndicança fez-se, mas de um modo que a camara não sabe nem pôde avaliar. O procurador geral da coroa avocou autos por queixas das partes que tinham perdido as causas; exerceu o inquerito mais minucioso que podia haver, e inclusivamente da vida privada dos membros d'aquelle tribunal. Finda a syndicança, que levou seis mezes, remetteu o processo concluido para o governo.

E agora pergunta elle (orador) ao sr. ministro da justiça actual, e aos seus antecessores, o que tem s. ex.ª podido fazer em virtude d'essa syndicança? Que tem aproveitado d'ella? Ha por ventura algum procedimento a exercer a respeito dos juizes que possam estar apontados n'este processo? A grande difficuldade a respeito da syndicança da relação do Porto está em não haver lei alguma, em virtude da qual se lhe possa dar andamento. Mandou-se, é verdade, a syndicança ao supremo tribunal de justiça; mas para que senão? Será para apensar algum dos juizes? Se este é o fim, protesta solemnemente contra essa resolução, porque as asserções n'estes termos são uma pena que não está estabelecida actualmente em lei alguma; e a apensação por esta forma é uma pena que infama o homem a quem for dada. Esse homem fica infamado na sua pessoa e na sua descendencia. Mancha-se não só a honra e o credito do tribunal a que pertence, mas affecta até a familia.

Depois que se effectou a syndicança, o magistrado encarregado d'ella, se conheceu que havia delictos commettidos, devia dar conhecimento d'esses factos ao governo; para este mandar ao respectivo agente do ministério publico requerer contra esses juizes indiciados.

E quantos males tem causado essa syndicança? Quantas partes tem deixado de levar os seus processos á decisão da relação do Porto? Quantos inconvenientes não tem resultado d'ahi?

Tendo considerado a questão debaixo do ponto de vista de direito, passa a fazer outras ponderações. (Vozes deu a hora) Pede e fica-lhe a palavra reservada para a sessão de amanhã.

O sr. José Estevão:—lê e manda para a mesa o projecto de resposta ao discurso do throno.

Manda-se imprimir.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a mesma que estava dada para hoje, e levanta a sessão. —Eram 4 horas da tarde.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto.—O Commercio do Porto de segunda feira 20, ácerca da moeda falsa, diz o seguinte: «Terminou no sabbado a busca feita pela policia, na casa de Joaquim Rosa, na rua da Boavista. Não appareceu nada, porém a dona da casa continua em custodia, para proseguimento das averiguações e diligencias das autoridades.»

Barcellos.—Está começada a nova estrada dentro da villa, escreve o Bracellense, e já se acham decretadas algumas expropriações.

Folgamos com todos os melhoramentos, não só que possam dar vida e movimento a esta importante ovação, mas ainda que a possam tornar mais agradável e embelesada.

A estrada, como se sabe, a partir da ponte, vem pelo lado esquerdo, e no seu trajecto apoeia a praça publica d'esta villa, a casa da esquina do sr. Ferraz, e a alfandega do peixe.

Agora, qual o seu seguimento desde a calçada em diante, ainda o não sabemos.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 19 do corrente, de Londres até 17, e de Paris até 16.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeciras, 17 de fevereiro.—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra. —Acampamento de Tetuão, 17 de fevereiro.—Não ocorre novidade. Todos os dias se fazem em Tetuão novas descobertas de effectos de guerra; ultimamente foram encontradas n'esta praça, alem de 2 peças de artilheria, 5.000 projectis. Também se têm encontrado, em diferentes localidades, 400 quintaes de enxofre e 300 quintaes de pólvora ingleza da melhor qualidade.

Alem d'estes, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal El Horizonte: Londres, 18 de fevereiro.—Lord John Russell confirmou nas camaras a noticia de que o governo francez affiançou que não adoptará resolução alguma definitiva na questão da Saboya, sem consultar previamente as grandes potencias.

O Morning-Post publica, no seu numero de 18 do corrente, um artigo no qual demonstra, por meio de provas historicas, a justiça que assiste á França nas suas reclamações relativas á annexação de Niza e Saboya.

Colden foi nomeado cidadão da cité de Londres.

—Despachos dados pelo jornal El Dia:

S. Petersburgo, 15 de fevereiro.—As ultimas noticias de Pekin alcançam até 15 de dezembro ultimo. N'essa epocha a missão russa continuava na melhor situação. O imperador da China tinha melhorado sensivelmente dos seus incommodos. Os revoltosos continuavam alcançando diferentes victorias contra as forças imperiaes. Estavam ancorados alguns navios europeos á vista do Pei-Ho.

Copenhague, 15.—O bispo Mourard accitou a missão de formar um ministério, e para esse fim partiu já de Paris para Copenhague.

Vienna, 15.—É de todo inexacta a resposta que se suppunha ter sido dada pela Austria ao ministro dos negocios estrangeiros da França.

Marselha, 15.—Em Roma reina a maior tranquillidade: os consolidados sobem de preço.

Em Perusa, desde que foi publicada a proclamação do general Fanti, têm tido logar algumas descrições.

Não se confirmam os boatos de mudança ministerial em Napoles.

No exercito dos Abruzzos ha escassez de viveres, porque a neve tem interrompido as communicações.

Confirma-se a noticia de se terem feito prisões e commettido alguns abusos por parte da policia siciliana.

Londres, 15.—Na camara dos lords, de novo foi discutida a questão italiana.

O Marquez de Normandy disse que na Italia central reina a maior desordem, e que os governos entraram ali no exercicio das suas funcções contra a vontade do paiz.

O Marquez de Claricarde disse que, em vista da opposição da Europa, se tornava impossivel a annexação da Saboya.

Lord Cardigan manifestou o receio de que, se os francezes evacuassem Roma, o papa e as autoridades correriam um grande perigo.

Berlin, 17.—A camara dos senhores pronunciou-se contra o matrimonio civil sob todas as formas.

Paris, 17.—Consta das ultimas noticias do Constantinopla que o grão-visit actual deve ser substituido por Hupresli, e Tual-pacha por Ethem-Pacha.

Continuam chegando ao exercito turco cidadãos da Circassia.

Londres, 17.—Ha ainda esperanças de que não comece de novo a guerra contra a China, por quanto lord Elgin foi encarregado de uma segunda missão para obter a ratificação do tratado feito com aquelle imperio.

FRANÇA

Segundo affirma o Courrier du Dimanche, o governo francez fez ao gabinete de Vienna representações amigaveis, porém energicas, ácerca dos alistamentos feitos para os governos napolitano e pontificio nos estados austríacos. O gabinete das Tuherias, segundo diz o jornal francez, não obstante sentir a maior repugnancia em tomar parte em semelhantes questões, só o faz tendo em vista a pacificação da Italia, o que não pôde ter logar em quanto os espiritos na peninsula julgarem possivel uma intervenção estrangeira.

(La Patrie.) —O jornal official francez publica no seu numero de 11 do corrente um resumo analytico das principais disposições do tratado de commercio concluido no dia 23 de janeiro ultimo entre a França e a Inglaterra. As ratificações do tratado foram trocadas em Paris no dia 4 do corrente, porém só será promulgado, nos dois paizes, quando forem sancionadas pelo parlamento britannico as modificações que elle introduz na legislação fiscal do Reino Unido.

—A Presse recebeu uma primeira advertencia em consequencia de ter publicado no seu numero de 10 do corrente um artigo violento, relativo aos assumptos da Italia.

—Diz-se que mr. Jules Fabre, o defensor de Orsini, está encarregado de sustentar a queixa interposta pelo jornal Siecle contra mr. Dupanloup. O digno prelado será defendido por mr. Benyer.

NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DE

INSTRUMENTOS D. L. L.

NA ESCOLA POLYTECHNICA

FEVREIRO - 21	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	759,89	10,6	73,1	NO.
3 t.	758,86	11,9	56,8	NO.

DIA 20.	Maxima — temperatura	Minima — temperatura	Ozone (de noite)	Ozone (de dia)	Chuva (udometro)	Evaporação (vaporimetro)	Altura barometrica correcta	Altitude do barometro 95,1 metros	Temperatura á sombra
	12,6 C.	5,8	7,0	7,0	0,0 Mil.	4,4			

FEVREIRO - 21	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	754,96	11,7	88,4	OSO.
3 t.	752,82	13,0	63,5	NO.

DIA 21.	Maxima — temperatura	Minima — temperatura	Ozone (de noite)	Ozone (de dia)	Chuva (udometro)	Evaporação (vaporimetro)	Altura barometrica correcta	Altitude do barometro 95,1 metros	Temperatura á sombra
	13,0 C.	8,3	8,0	8,0	0,0 Mil.	3,8			

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 21 de fevereiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Juno, brigue suco, capitão H. Floren, de Sines em 11 dias, com cortiça, a Torlades & comp.; 12 pessoas de tripulação e 18 passageiros que são: P. Carnal, capitão, e mais 17 marinheiros que tripulavam a galera toscana Gram Principe Hereditario, procedente de Cardiff, com carga de carvão e destino para Genova, a qual naufragou por ter abalroado com outro navio, cujo nome ignora, no dia 15 do corrente pelas 11 horas da noite na latitude 39° 35' N. e longitude 12° 30' O. de Greenwich. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

Braganza, paquete inglez a vapor, capitão W. London, de Liverpool em 5 dias com manteiga e mais generos a G. A. Hancock & comp.; 18 pessoas de tripulação e uma mala.

Luzitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 14 horas, com fazendas a G. A. Hancock & comp.; 31 pessoas de tripulação, uma mala e 49 passageiros.

Daring, escuna ingleza, capitão H. Emett, de Cardiff em 5 dias, com carvão a ordens; 5 pessoas de tripulação.

Magdalena, hiate portuguez, mestre A. J. de Aguiar, de Setubal em 10 dias, e de Cascaes em 3 horas, com sardinha; 6 pessoas de tripulação.

Tricano de Aveiro, hiate portuguez, mestre A. Serriro, de Swansea em 11 dias, com carvão e mais generos, a F. Martin & Filhos; 8 pessoas de tripulação.

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão G. Babbett, de Southampton em 3 dias e 20 horas, de Vigo em 23 horas, e da barra do Porto em 16, com fazendas a A. Van Zeller; 68 pessoas de tripulação, 7 malas, e 5 passageiros.

Ave Maria, rasca, mestre J. M. Franco, de Setubal em 4 dias, com sardinha; 9 pessoas de tripulação.

Aliança, brigue portuguez, capitão R. C. da Cruz, de Hamburgo em 48 dias, e de Ramsgate em 7, com trigo, arroz, e mais generos ao mesmo capitão; 13 pessoas de tripulação.

Marie, brigue francez, capitão C. Hache, de Argel em 32 dias, e de Gibraltar em 12, com trigo a S. Seruya; 7 pessoas de tripulação.

Restauração, cahique do Arsenal, mestre J. A. Lopes, arribado por causa do tempo, da altura das Berlengas em 48 horas, tendo saído d'este porto no dia 15 do corrente com destino para S. Martinho.

Funchal, brigue portuguez, capitão J. Domingues, da ilha da Madeira em 17 dias, com feijão a Cham-bica & Gonçalves; 7 pessoas de tripulação.

Harriot, brigue inglez, capitão S. Foot, para Carthagen, com carvão; 10 pessoas de tripulação.

Constante, hiate portuguez, mestre D. C. Freire, para a Figueira, com assucar e encomendas; 8 pessoas de tripulação.

Holland Pehone, paquete inglez a vapor, capitão W. Velckins, para Gibraltar, com varios generos; 26 pessoas de tripulação e 5 passageiros.

Dia 22

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

D. Pedro, paquete inglez a vapor, capitão W. Kennedy, de Glasgow em 6 dias, com fazendas, ferro, e mais generos a G. A. Hancock & comp.; 16 pessoas de tripulação.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Malaga em 4 dias, de Gibraltar em 2 1/2, e de Cadiz em 40 horas, com vinho, fruta, e mais generos a H. Juhel; 28 pessoas de tripulação, uma mala e 15 passageiros.

Josephina, brigue portuguez, capitão J. L. Pontes, de Londres em 41 dias, e de Ramsgate em 7, com melão, chif, e mais generos a J. M. C. de Mendonça; 12 pessoas de tripulação.

Graveiro 2.º, hiate portuguez, mestre D. B. Soutinho, da Figueira em 7 dias, e da barra do Porto em 2, com trigo, e mais generos; 8 pessoas de tripulação. Destina-se para o Porto, e vem arribado com avaria na masteira e agua aberta.

Erminia, escuna ingleza, capitão J. Lounds, de Gibraltar em 15 dias; 21 praças de guarnição. Pertence á associação denominada Royal Yacht Squadron.

Mary, chalupa ingleza, capitão W. Cardy, de Londres em 6 dias, com melão, e mais generos a varios; 5 pessoas de tripulação.

Nancy, patacho dinamareuz, capitão J. P. Peterson, de Kioque em 34 dias, e de Plymouth em 14, com trigo a ordens; 6 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, para Cadiz, Gibraltar, e Malaga, com varios generos; 25 pessoas de tripulação e 23 passageiros.

S. José e Almas Feliz, cahique portuguez, mestre M. dos Santos, para Villa Nova de Portimão, com milho, e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro que é Pedro Belem, marítimo portuguez.

Moult, chalupa ingleza, capitão T. Slander, para Bristol com fruta; 5 pessoas de tripulação.

Supply, escuna ingleza, capitão D. Avans, para Cadiz, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 22 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 20 de fevereiro — 3% consolidado a 44,35 — 3 dito differido a 34,35.

Em 21 de fevereiro — 3% consolidado a 44,40 — 3 dito differido a 34,35.

Em 22 de fevereiro — 3% consolidado a 44,35.

Bolsa de Paris, 20 de fevereiro — 3% francez a 67,10 — 4 1/2 dito a 97,80.

Em 21 de fevereiro — 3% francez a 68 — 4 1/2 dito a 97,85.

Em 22 de fevereiro — 3% francez a 68,30 — 4 1/2 dito a 98.

Bolsa de Londres, 20 de fevereiro — Consolidados de 94 1/2 a 94 3/4.

Em 21 de fevereiro — Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

Em 22 de fevereiro — Consolidados de 95 1/4 a 95 1/2.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr. —Participo a v.ª que a 21 do corrente mez, pela uma hora da noite, as torres de signal annunciaram incendio, que se tinha manifestado em uma loja com o n.º 90, na calçada do Duque. O fogo tinha sido communicado, não se pôde averiguar como, á armação da loja. Os socorros foram promptos, e o incendio não progrediu, ficando com tudo a armação bastante deteriorada.

Deus guarde a v.ª Lisboa, 21 de fevereiro de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios. —O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

MONTE PIO DA CASA REAL

Sua ex.ª o sr. duque da Terceira, presidente da assembleia geral, convida todos os socios a comparecer na sala das sessões da mesma assembleia ás onze horas da manhã do proximo domingo 26 do corrente, a fim de lhes ser presente o parecer da commissão de exame de contas, com respeito ao 2.º semestre do anno findo, e elegerem a junta administrativa, thesoureiro e escrivão do cofre para servirem no presente anno.

Lisboa, 22 de fevereiro de 1860.—O secretario, Augusto Zacharias Laforte.

MONTE PIO GERAL

A direcção d'esta sociedade tem no seu escriptorio, rua do Ouro n.º 6, uma carta para o sr. Joaquim Alves Pereira Torgo, cuja morada se ignora.

Escriptorio do monte pio geral, em 22 de fevereiro de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

SOCIEDADE HUMANITARIA DE S. MAMEDE

De ordem do ill.º sr. presidente da assembleia geral são convidados os socios no gozo dos seus direitos a reunirem sexta feira 24 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de poder ter logar a eleição da nova direcção, e a continução da discussão da reforma dos estatutos.

Sala das sessões da sociedade humanitaria de S. Mamede, em 22 de fevereiro de 1860.—Servindo de secretario, José da Cunha e Oliveira Junior.

FUTURO SOCIAL

Continuam as palestras litterarias segunda feira, 27 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os deveres e direitos dos cidadãos, sendo permitido o direito de discussão a todas as pessoas, mesmo estranhas á associação.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

REVISTA DO ANNO DE 1859

SCENA COM PERTENÇAS A COMICA

ORIGINAL DE PEDRO CARLOS DE ALCANTARA CHAVES

REPRESENTADA NO THEATRO DA RUA DOS CONDES

(É a mesma que se está representando no theatro Baquet com o título de—Revista do Porto).

Vende-se na rua Augusta n.º 3, ou 15 (moderno); na loja do sr. Baptista, aos Paulistas; e nas outras do costume. Preço 50 réis.

A FEDERAÇÃO

FOLHA INDUSTRIAL

DEDICADA ÁS CLASSES OPERARIAS

Publica-se o n.º 2